



**ISPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

PREVALÊNCIA DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS PORTUGUESAS

Marisa Isabel Sousa Martins Mateus

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ORNELAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor José Ornelas, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

## **Agradecimentos**

Para a realização da presente dissertação contribuíram um conjunto de pessoas que de uma forma direta ou indireta, me ajudaram a desenvolver um trabalho mais rico e interessante, através de sugestões, críticas construtivas e pelo suporte material e emocional que prestaram ao longo da sua elaboração. Deste modo aqui deixo o meu Obrigado.

Ao Professor José Ornelas, orientador da presente investigação, pelas suas sugestões, críticas, incentivo e otimismo, bem como pelas sugestões de leituras, que tanto contribuíram para um significativo enriquecimento do trabalho desenvolvido.

À professora Maria João Vargas Moniz pela receptividade e disponibilidade demonstrada em ajudar e colaborar neste projeto.

À Professora Susana Maria pela disponibilidade que sempre demonstrou em colaborar e que pacientemente me foi disponibilizando material importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu grupo de colegas Vânia, Marta e Paulo pela partilha de informação sobre o tema, e pela dinâmica de trabalho positivo que criámos entre nós e que contribuiu para um significativo aumento de informação que tanto ajudou a tornar o trabalho mais rico.

Aos meus pais e irmã, pelo suporte emocional, amor e motivação que me transmitiram ao longo deste percurso e me ajudaram a continuar em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Às minhas amigas Vânia, Carla, Cátia, Patrícia e Sara, agradeço o companheirismo, partilha e incentivo que tanto me ajudaram a percorrer este percurso, enriquecendo a minha vida com a sua amizade e carinho.

Um Muito Obrigada!

## **Resumo**

O abuso sexual de crianças constitui-se como um sério problema de saúde pública dadas as taxas de prevalência reveladas pela evidência científica um pouco por todo o mundo. Neste sentido, o presente trabalho visa estudar a prevalência deste fenómeno numa amostra de 200 sujeitos de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade, residentes no distrito de Lisboa. Trata-se de uma investigação retrospectiva, uma vez que se recorrem a participantes adultos, para obter informações sobre acontecimentos que ocorreram na sua infância. Para tal, aplicou-se um questionário de autopreenchimento denominado “*General Childhood Sexual Experiences*”, de Altman (2005). Quanto aos resultados, verificou-se que a prevalência de abuso sexual é de 14,5%, constatando-se uma taxa superior no género feminino (15,9%) comparativamente ao género masculino (11,7%). A maioria dos participantes sobreviventes de abuso sexual infantil identificou como agressor uma “Pessoa conhecida, mas não amiga”. Verificou-se também que o início das situações de abuso ocorreram sobretudo aos 8 anos e o término aos 10 anos de idade. Quanto ao tipo de abuso, observou-se que 29,5% das situações abusivas não envolveram contato físico e 70,5% envolveu algum tipo de contato físico.

**Palavras-Chave:** *Prevalência; Abuso sexual de crianças; Portugal; Prevenção.*

## **Abstract**

Sexual abuse of children constitutes a serious public health problem given the prevalence rates revealed by scientific evidence all over the world. In this sense, the present work aims to study the prevalence of this phenomenon in a sample of 200 subjects of Portuguese nationality, aged between 18 and 30 years of age, residing in the district of Lisbon. This is a retrospective investigation, since if participants rely on adults for information about events that occurred in their childhood. For this, we applied a questionnaire self-report entitled "General Childhood Sexual Experiences," Altman (2005). As for the results, it was found that the prevalence of sexual abuse is 14.5% and there was a higher rate in females (15.9%) than in males (11.7%). Most participants survivors of child sexual abuse perpetrator identified as a "known person, but not friendly." It was also found the beginning of the abuse occurred most often at age 8 and end at 10 years of age. Regarding the type of abuse, it was observed that 29.5% of abusive situations not involving physical contact and 70,5% involved some sort of physical contact.

**Keywords:** *Prevalence; Child sexual abuse; Portugal; Prevention.*

## Índice

Introdução	1
Parte I	
1. Enquadramento Teórico	2
1.1. Evidência científica sobre a Prevalência de Abuso Sexual de Crianças	2
1.2. Características do Abuso Sexual de Crianças	8
1.2.1. Género da criança	8
1.2.2. Idade do Abuso	9
1.2.3. Ligação da Criança ao Agressor	9
1.2.4. Género do Agressor	10
1.2.5. Tipos de Abuso Sexual	10
1.3. A Denúncia do Abuso Sexual de Crianças	11
1.4. Inconsistências dos estudos de Prevalência de Abuso Sexual de Crianças	12
1.5. Consequências do Abuso Sexual de Crianças	13
1.6. Prevenção do Abuso Sexual de Crianças	15
1.7. Objeto de Estudo	17
Parte II	
2. Metodologia	17
2.1. Delineamento	18
2.2. Participantes	18

2.3. Instrumento	19
2.4.1. Validação do Instrumento – Procedimentos Estatísticos	20
2.4. Procedimento	22
Parte III	
3. Apresentação e Análise dos Resultados	22
3.1. Análise da ligação da criança sexualmente abusada com o agressor	25
3.2. Idade média do início e do término do abuso sexual	27
3.4. Idade média do abusador	27
Parte IV	
4. Conclusão	29
4.1. Propostas de Investigação	31
4.2. Limitações	32
5. Referências Bibliográficas	33
6. Anexos	40

## Lista de Tabelas

Tabela 1. <i>Estudos relativos à Prevalência de Abuso Sexual de Crianças</i>	3
Tabela 2. <i>Distribuição dos participantes por gêneros</i>	22
Tabela 3. <i>Informação relativa à prevalência de abuso sexual de crianças no presente estudo e em investigações realizadas em diversos países</i>	23
Tabela 4. <i>Informação relativa à ligação da criança com o agressor</i>	26
Tabela 5. <i>Relação do agressor com a criança segundo três categorias</i>	26
Tabela 6. <i>Relação do agressor com a criança segundo duas categorias</i>	26
Tabela 7. <i>Comportamentos sexualmente abusivos mais frequentes</i>	28
Tabela 8. <i>Itens agrupados segundo as categorias “Com contato físico” e “Sem contato físico”</i>	28

## Lista de Figuras

Figura 1. Modelo AFC Ajustado

22

## Lista de Anexos

Anexo 1. Tabela com informação relativa ao pré-teste do questionário	41
Anexo 2. Carta de Consentimento Informado	42
Anexo 3. Questionário Sociodemográfico	43
Anexo 4. Questionário de Experiências Sexuais Infantis – “ <i>Childhood Sexual Experiences Questionnaire</i> ”, Altman (2005).	44
Anexo 5. Informação relativa ao Modelo AFC com a distribuição dos itens inicialmente propostos pelos autores	47
Anexo 5a - $\chi^2/df$	48
Anexo 5b – CFI	48
Anexo 5c – GFI	48
Anexo 5d – Índices de Modificação	49
Anexo 6. Informação relativa ao Modelo AFC intermédio modificado	50
Anexo 6a - $\chi^2/df$	51
Anexo 6b – CFI	51
Anexo 6c – GFI	51
Anexo 6d – Índices de Modificação	52
Anexo 7. Informação relativa ao Modelo AFC ajustado	53
Anexo 7a - $\chi^2/df$	53
Anexo 7b – CFI	53
Anexo 7c – GFI	53

## **Introdução**

O abuso sexual de crianças constituiu-se como uma problemática que existe desde sempre, contudo só na década de 70 se verificou um aumento significativo de interesse por parte da comunidade científica em compreender as dimensões deste problema.

Este despertar para a temática dos abusos sexuais de crianças, deveu-se em parte a um estudo realizado em 1979 por Finkelhor que se tornou um marco de enorme importância, uma vez que revelou uma prevalência de abuso sexual infantil muito expressiva na comunidade americana, demonstrando que uma em cada quatro mulheres e um em cada seis homens era vítima de abuso sexual antes dos 18 anos de idade.

Face à evidência da proporção desta problemática, profissionais de diferentes áreas têm-se dedicado a estudar a prevalência de abuso sexual, constatando-se que este é um problema universal de saúde pública.

Neste sentido, pretende-se com a presente monografia estudar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra da população portuguesa, uma vez que, apesar de não existir investigação com o objetivo específico de pesquisar a prevalência de abuso sexual em Portugal, de uma forma aprofundada e sistemática, não se crê que as taxas difiram significativamente das encontradas nos outros países.

Relativamente ao modo como o presente estudo está organizado, este está dividido em quatro partes principais.

Na primeira parte deste trabalho, procura-se proporcionar um enquadramento teórico do tema, visando com isso apresentar e analisar as taxas de prevalência encontradas em diversos países, a fim de se compreender de uma forma mais precisa a dimensão dos abusos sexuais de crianças.

Nesta primeira parte analisam-se também outros aspetos relativos a esta problemática, nomeadamente algumas características inerentes às crianças abusadas e ao agressor. São também discutidas algumas inconsistências encontradas nos estudos que se dedicam à pesquisa da prevalência, analisando as implicações dessas divergências.

São ainda expostas as diversas consequências do abuso sexual infantil e a importância de se promover o desenvolvimento de práticas de cariz preventivo.

A segunda parte comporta as considerações metodológicas, onde são expostas as características da população, o delineamento, o instrumento e o procedimento.

Na terceira secção tem lugar a apresentação e discussão dos resultados, seguindo-se

por último a quarta parte do trabalho em que são apresentadas as conclusões, procurando-se sintetizar as principais ideias da análise desta pesquisa. Nesta secção são ainda referidas algumas propostas para futuras investigações, que possam contribuir para um enriquecimento de informação nacional sobre o tema. Por último, são apresentadas algumas limitações, não só do presente trabalho, mas também dos estudos em geral que são realizados sobre a temática da prevalência.

## **Parte I**

### **1. Enquadramento Teórico**

O abuso sexual de crianças é um problema de saúde pública transversal a todas as culturas e níveis sociais, constituindo-se como uma problemática com repercussões não só individuais, mas também familiares, sociais e políticas.

Em Portugal só nas últimas décadas se verificou um despertar da sociedade para esta problemática, o que se deveu à forte exposição por parte dos meios de comunicação social, de casos mediáticos de abuso sexual infantil.

Embora esta exposição possa ter conduzido a que a informação transmitida à comunidade não tenha sido esclarecedora, é indubitável que levou a uma maior consciencialização da existência deste problema. Neste sentido cabe à comunidade científica desenvolver estudos sobre os abusos sexuais de crianças que sejam elucidativos das dimensões desta problemática.

Deste modo torna-se pertinente estudar as proporções do abuso sexual de crianças, de uma forma aprofundada em Portugal, pois é através desse conhecimento que também se pode legitimar a importância do desenvolvimento e aplicação de programas de prevenção, bem como, a necessidade do aperfeiçoamento dos serviços de atendimento das vítimas.

#### **1.2. Evidência científica sobre a Prevalência de Abuso Sexual de Crianças**

Tal como referido anteriormente, nas últimas décadas tem-se observado uma proliferação significativa do número de estudos que investiga o abuso sexual de crianças nos mais diversos países (Finkelhor, 1994).

Foi nos EUA, que inicialmente foram desenvolvidos maior número de estudos de prevalência de abuso sexual infantil, estimando-se que uma em cada quatro raparigas e um em cada seis rapazes são abusados sexualmente antes dos 18 anos de idade (Dube et al., 2005).

As elevadas taxas de prevalência de abuso sexual de crianças encontrada nos EUA, levaram a que, na década de 90 Finkelhor realizasse um estudo que sintetiza a prevalência de abuso sexual infantil em 20 países, nos quais se verificaram taxas igualmente expressivas, demonstrando assim que esta é uma problemática universal.

Neste sentido, e dada a amplitude do problema apresentam-se na Tabela 1 algumas pesquisas que procuram estudar a prevalência de abuso sexual de crianças em diversos países, sendo estes estudos apresentados de uma forma mais aprofundada, ao longo deste trabalho.

*Tabela 1. Estudos relativos à Prevalência de Abuso Sexual de Crianças*

País	Autor/Ano	Dimensão da amostra (N)	Metodologia de Recolha de Dados	Prevalência (%)	
				Feminino	Masculino
EUA	Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990)	2626	Contato telefónico	27	16
EUA	Gorey e Leslie (1997)	1040	Diversos métodos	22,3	8,5
EUA	Briere e Elliott (2003)	935	Questionário	32,3	14,2
México	Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero & Vásquez (2008)	1197	Questionário	19,3	17,3
Canadá	MacMillan H. et al. (1997)	9953	Questionário	12,8	4,3
Suíça	Halpérin et al (1996)	1130	Questionário	33,8	10,9
Espanha	De Paúl, Milner & Múgica, (1995)	403	Questionário	14.8	9.70
Portugal	Figueiredo et al. (2004)	835	Questionário	2.70	2.60

Como observado na Tabela 1 são vários os estudos realizados nos EUA, destacando-se nomeadamente a pesquisa efetuada por Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990) que tendo como objetivo estudar a prevalência de abuso sexual infantil, recorreram a uma amostra mista composta por 2626 participantes com 18 anos de idade ou mais.

Os autores verificaram taxas de prevalência elevadas, sendo de 27% no sexo feminino e de 16% no sexo masculino. Nesta pesquisa procurou-se ainda estudar outras características inerentes ao abuso sexual, nomeadamente a idade média de abuso, a qual constataram que foi de 9,9 anos para os rapazes e de 9,6 anos para as raparigas, verificando-se uma taxa de vitimização anterior aos 8 anos de idade, de 22% no sexo masculino e 23% no sexo feminino. Quanto ao agressor, constatou-se que os rapazes foram maioritariamente abusados por estranhos (40% vs 21%), enquanto que no género feminino os agressores foram sobretudo membros da família (29% vs 11%). Em ambos os géneros verificou-se que os agressores eram maioritariamente homens. Quanto ao diferencial de idades entre a vítima e o agressor, os autores concluíram que a maioria tinha 10 anos ou mais que as vítimas, embora os rapazes tenham apresentado maior propensão a ser abusados por sujeitos mais jovens, a maioria dos quais adolescentes mais velhos. No estudo foi também evidenciado que, em 62% das vítimas do sexo masculino e 49% do sexo feminino o tipo de abuso consistiu numa tentativa ou concretização de relação sexual com penetração. Quanto à revelação, foram sobretudo os rapazes que não partilharam a situação abusiva (42% vs 33%). Concluiu-se ainda que a maioria dos abusos ocorreu uma única vez.

Mais recentemente Briere e Elliott (2003) (Tabela 1) realizaram um estudo também nos EUA tendo como objetivo analisar a prevalência de abuso sexual de crianças. Para tal recorreram a uma amostra mista de 935 sujeitos, com 18 anos de idade ou mais, aos quais foram aplicados questionários de autoadministração.

Com a pesquisa, os autores concluíram que 14,2% dos sujeitos do género masculino e 32,3% do género feminino foram vítimas de abuso sexual na infância. No que concerne à relação da vítima com o agressor, verificou-se que 46,8% são membros da família. A média da idade em que ocorreu o primeiro episódio de abuso foi de 9,7 anos e a média da idade da última situação de abuso foi de 12,1 anos.

Ao compararmos os dois estudos anteriormente mencionados, e tendo em conta as diferenças metodológicas, compreende-se que a prevalência de abuso sexual no sexo feminino foi superior no estudo mais recente (32,3% vs. 27%), contudo o mesmo não se verifica no sexo masculino, uma vez que a taxa de abuso no estudo de Briere e Elliott é menor (14,2% vs.

16%). Denota-se ainda que no segundo estudo a taxa de agressores que são familiares da vítima é muito superior ao encontrado por Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990). Um dos aspetos que aproxima os dois estudos, prende-se com a idade média de abuso, que em ambos se verifica que ocorre quando as crianças têm cerca de 9/10 anos de idade.

Ainda no que respeita aos EUA, Gorey e Leslie (1997) (Tabela 1) constataram uma prevalência de abuso sexual de crianças relativamente mais baixa quando comparada aos estudos anteriormente mencionados, não deixando contudo de terem verificado taxas elevadas (22,3% no sexo feminino e de 8,5% no sexo masculino). Os referidos autores efetuaram uma revisão de literatura sobre prevalência de abuso sexual de crianças, tendo para isso recorrido a bases de dados informatizadas e sintetizaram os resultados de dezasseis estudos realizados na população norte-americana.

Apesar de existir um grande número de estudos realizados nos EUA sobre esta temática, são vários os países que desenvolveram investigações de prevalência de abuso sexual de crianças. Nomeadamente, os autores Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero e Vásquez (2008) (Tabela 1) efetuaram um estudo transversal, tendo como objetivo determinar a prevalência e as características do abuso sexual infantil no México. Para tal recorreram a 1197 participantes, abrangendo população urbana e rural. Como instrumento, os investigadores recorreram a um questionário de autoadministração.

Os resultados deste estudo evidenciam uma prevalência de abuso sexual de crianças de 19,3% no sexo feminino e de 17,3% no sexo masculino.

Comparando o estudo do México com as pesquisas acima mencionadas, realizadas nos EUA, compreende-se que a prevalência no género feminino é inferior na investigação de Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero & Vásquez (2008) do que nos estudos da população americana (19,3%). Contudo, e curiosamente, este dado inverte-se no que concerne ao género masculino, uma vez que a prevalência de abuso sexual de crianças encontrada na pesquisa do México é mais elevada do que as taxas verificadas nos estudos dos EUA (17,3%). Além disso é o estudo em que as diferenças entre géneros são menores.

Quanto às características dos abusos sexuais de crianças, os autores constataram que 90% dos abusos ocorreram quando os participantes tinham entre 5 e 10 anos. Concluíram também que a maioria dos abusos ocorreu uma vez (47,5%), e que 2% durou um ano ou mais. Relativamente à partilha da situação abusiva com outras pessoas, verificaram que 14,4% abordaram o assunto, mas apenas 3,7% encaminharam o caso para uma vertente legal. Quanto ao tipo de abuso, 25% dos casos de abuso sexual foi sem contacto físico e 75% envolveu

algum tipo de contacto físico. A percentagem de abuso sexual com contacto físico por um membro da família foi de 39,3%.

Tal como apresentado na Tabela 1, MacMillan et al. (1997) realizaram uma investigação sobre prevalência de abuso sexual infantil no Canadá com 9.953 participantes. Com este estudo os autores concluíram que 12,8% dos sujeitos do género feminino e 4,3% do género masculino foram vítimas de abuso sexual na infância. Excetuando o estudo português, estas percentagens são as menos elevadas comparativamente com o verificado nas investigações anteriores.

Com taxas relativamente semelhantes às encontradas no Canadá, destaca-se o estudo dos autores De Paúl, Milner & Múgica (1995) (Tabela 1) realizado em Espanha, visto que constataram uma prevalência de 14,8% no género feminino e de 9,70% no género masculino.

Contrariamente Halpérin et al (1996) (Tabela 1) efetuaram um estudo com o objetivo de estudar a prevalência de abuso sexual infantil em Genebra, e verificaram taxas especialmente elevadas sobretudo no género feminino (33,8%). No género masculino a prevalência foi de 10,9%. Os autores estudaram ainda algumas características inerentes ao abuso sexual, constatando que 20,4% dos participantes do sexo feminino, e 3,3% do sexo masculino foram vítimas de abuso sexual com contacto físico. Quanto às situações de abuso em que houve penetração, a prevalência foi de 5,6% no sexo feminino e 1,1% no sexo masculino. Concluíram também que um terço dos sobreviventes de abuso sexual sofreu mais do que uma situação de abuso e que 46,5% vivenciou o primeiro abuso antes dos 12 anos de idade. Quanto à ligação da criança com o agressor, os autores constataram que 20,5% dos participantes do sexo feminino e 6,3% do sexo masculino foram abusados por um membro da família.

Dadas as evidentes oscilações, torna-se relevante compreender a evolução desta problemática ao longo dos anos. Neste sentido, os autores Pereda, Guilera, Forns, e Gómez-Benito (2009) (Tabela 1) efetuaram uma meta-análise com o objetivo de comparar as taxas de prevalência de abuso sexual infantil relatados por Finkelhor, D. (1994) no artigo “ The international epidemiology of child sexual Abuse”, com as percentagens encontrados em publicações recentes. Para isso os autores selecionaram através de várias bases de dados, 39 estudos de prevalência de abuso sexual de crianças em 22 países diferentes. O número de participantes variou de 65 a 9953. Os autores depararam-se com uma elevada variedade entre os estudos, embora a maioria explore sobretudo: o abuso sexual no sexo feminino, numa população de estudantes, em áreas locais (ao invés de nacionais), com um tipo de amostragem

probabilística, o modo de recolha de dados foi sobretudo com questionários, e a maioria contempla uma definição ampla de abuso sexual infantil. Dada a amplitude do referido estudo, destacam-se apenas os principais resultados.

Em geral os estudos confirmam uma maior prevalência de abuso sexual no género feminino. Ao comparar-se a distribuição das taxas de prevalência de Finkelhor (1994) e da revisão de Pereda, Guilera, Forns, e Gómez-Benito (2009), verifica-se que em ambas a maioria dos estudos apresentam taxas de prevalência de abuso sexual de crianças abaixo de 10% no sexo masculino, enquanto que no género feminino a maioria das investigações apontam para uma taxa entre 10% e 20%.

Contudo em 28.57% dos estudos, tanto na investigação de Finkelhor (1994) como na pesquisa de 2009, verificaram-se taxas de prevalência de abuso sexual infantil entre 30% e 40% nas mulheres. Deste modo, a comparação das duas revisões revela o que parece ser um padrão geral de prevalência que se mantém mais ou menos constante ao longo dos anos, especialmente nas mulheres.

No entanto, existem duas diferenças principais nos dois estudos: na revisão de Finkelhor, não existia nenhum relato de estudos com taxas de prevalência de abuso sexual infantil superior a 50%, enquanto que a presente revisão inclui duas pesquisas, realizadas na África do Sul e nos EUA, que reportam essas taxas. Considerando as conclusões dos dois estudos, a prevalência de abuso sexual na infância varia de 0 a 53,2% nas mulheres, e de 0 a 60% nos homens, embora as percentagens mais elevadas se verifiquem ambas na África do Sul.

Outro resultado que os autores destacaram prende-se, curiosamente, com a baixa prevalência de abuso sexual infantil encontrada no estudo português de Figueiredo et al. (2004) em ambos os géneros (2,6% nos rapazes e 2,7% nas raparigas). Além disso, constata-se que as percentagens de abuso sexual de crianças, encontradas no estudo português são inferiores a todas as taxas de prevalência revistas nas restantes investigações acima mencionadas, bem como no evidenciado na literatura em geral. Neste sentido torna-se relevante analisar o estudo de Figueiredo et al. (2004).

Os autores procuraram identificar a prevalência de abusos na infância, contudo esta pesquisa não é especialmente focada nos abusos sexuais. Para tal recorreram a uma amostra de pais na Região Norte de Portugal.

Como explicação para percentagens tão baixas de prevalência de abuso sexual infantil, os autores Pereda, Guilera, Forns, e Gómez-Benito (2009) destacam o procedimento utilizado

por Figueiredo et al. (2004), uma vez que os professores entregaram os questionários sobre abuso sexual e físico aos alunos, os quais entregaram posteriormente aos pais. Estes responderam aos questionários sobre as suas próprias experiências enquanto crianças e voltaram a dar aos filhos, que por sua vez devolveram aos professores. Deste modo, compreende-se que a baixa prevalência encontrada pode estar relacionada com o receio, por parte dos pais, que as suas respostas não estivessem seguramente protegidas pelo direito da confidencialidade.

### **1.3. Características do abuso sexual de crianças**

Tal como constatado nas investigações anteriormente referidas, são várias as características relativas ao abuso sexual de crianças, que de uma maneira geral os autores procuram estudar. Esta análise torna-se relevante pois possibilita obter um conhecimento mais aprofundado deste fenómeno, contribuindo assim para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e respostas mais adequadas aos sobreviventes desta problemática.

#### **1.2.1. Género das Crianças**

De acordo com os estudos supramencionados, e com a literatura em geral, compreende-se que a prevalência de abuso sexual de crianças é superior no género feminino do que no género masculino. Segundo Wellman (1993), que realizou um estudo com o objetivo de responder a esta questão, as taxas de prevalência mais elevadas nas mulheres devem-se às crenças e atitudes relativas a cada género no que concerne ao modo como se devem comportar, e que influencia também as suas formas de sentir e de pensar. Neste sentido, e partindo do princípio que o papel da mulher é ancorado numa figura amistosa, cuidadora, dependente e frágil, estas características auferem-lhes maior vulnerabilidade face ao abuso sexual, comparativamente com os homens.

Por outro lado, acredita-se que a taxa de abuso sexual nos rapazes seja superior ao encontrado nas pesquisas. De acordo com Rew e Esparza (1990) a prevalência de abuso no género masculino poderá estar subestimada devido ao facto dos homens serem menos propensos a revelar o abuso. Tal como Wellman (1993) justifica a preponderância de prevalência de abuso sexual nas mulheres pelas crenças sociais inerentes ao género, também Romano e De Luca (2001) sustentam que as baixas taxas de prevalência de abuso nos homens se devem às normas sociais relativas ao género.

Neste sentido, destacam-se algumas características que lhes tendem a ser atribuídas,

nomeadamente a expectativa que lhes é transmitida de que devem ser dominantes e autossuficientes; de que não devem revelar sentimentos e vulnerabilidades; e ainda o facto dos abusos sexuais nos homens serem maioritariamente perpetuados por sujeitos do género masculino, o que conduz ao receio de serem associados à homossexualidade.

### **1.3.1. Idade do abuso**

Relativamente à média de idades em que ocorre o abuso sexual infantil, são vários os autores que defendem que é mais recorrente entre os 9 e os 11 anos (e.g., Conte e Berliner (1995); Gomes-Schwartz, Horowitz, & Cardarelli, 1990, cit. in Paine & Hansen, 2002; Ruggiero, McLeer, & Dixon, 2000).

De uma forma semelhante, outros autores defendem que o intervalo de idades entre os 7 e os 12 anos de idade é o período mais vulnerável para ocorrer abuso sexual (Finkelhor, Hotaling, Lewis, & Smith, 1990; Saunders et al., 1999).

De acordo com Goldman e Padayachi (1997) tal pode ser justificado pelo facto das crianças nesse intervalo de idades se encontrarem numa fase de desenvolvimento especialmente suscetível à autoridade dos adultos, sendo assim mais fácil ameaçá-las, coagi-las ou manipulá-las.

Contudo, a alta prevalência nesse período de idades também se pode dever ao facto das crianças mais pequenas não terem capacidade para revelar os abusos, dada a sua imaturidade para reconhecer e exprimir a situação sexualmente abusiva (Hewitt, 1998).

### **1.3.2. Ligação da criança ao agressor**

Relativamente à relação da criança com o abusador, são vários os autores que constataram que, embora a taxa de abusos sexuais de crianças perpetrada por membros da família, i.e. incesto, seja elevada, a maioria dos abusos é cometido por sujeitos conhecidos da criança, mas não familiares (Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2009; Hanson, Self-Brown, Fricker-Elhai, Kilpatrick, Saunders, & Resnick, 2006; Finkelhor, Ormrod, Turner, & Hamby, 2005).

Tal resultado foi também verificado por Finkelhor (1994) através de estudos realizados nos EUA, em que concluiu que em cerca de 70% a 90% dos casos, o agressor é conhecido da vítima. No mesmo sentido, Conte e Berliner (1993) referem que apenas 8% a 10% dos abusadores são desconhecidos das crianças, sendo que mais de 40% são pessoas conhecidas, embora não sejam membros da família.

Este resultado é semelhante ao encontrado por Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero & Vásquez (2008), que constataram no seu estudo realizado no México, que a maioria dos abusos (50,3%) foi perpetrada por vizinhos, 36,8% por parentes e apenas 13,9% por sujeitos desconhecidos da vítima.

Em Portugal, Pinto da Costa (1990) no Instituto de Medicina Legal do Porto, constatou que em 84,8% dos casos o agressor era conhecido das vítimas. De uma forma mais específica, verificou que 14% dos abusos foi perpetrado pela figura paterna; em 25,3% dos casos o agressor era membro da família (excluindo o pai); e 45,6% das vítimas foram abusadas por pessoas conhecidas mas não parentes. Apenas em 6% dos casos o agressor era desconhecido da criança.

Contudo, e tal como foi referido anteriormente, a prevalência de abuso sexual intrafamiliar, ou seja, cometida por sujeitos da família da criança é muito elevado, e de acordo com Conte e Berliner (1993), os abusos perpetrados por figuras parentais têm um impacto na criança significativamente mais negativo quando comparado com outro tipo de perpetradores. O facto do abusador sexual ter uma ligação familiar com a criança conduz a uma situação abusiva mais complexa, repercutindo-se com danos mais intensos na saúde mental da criança, uma vez que, a pessoa que para si deveria desempenhar um papel de cuidador e de protetor face ao perigo, torna-se o agressor.

### **1.3.3. Género do Agressor**

Relativamente ao género do agressor, constata-se que cerca de 90% são do género masculino (Halpérin et al, 1996). Também Finkelhor (1994) chegou aos mesmos resultados em estudos realizados nos EUA. Contudo, há autores que defendem que o número de abusadores femininos é subestimado, o que se pode dever, nomeadamente, ao facto do abuso sexual ocorrer no contexto das rotinas de cuidar da criança, não sendo assim revelado. Nos casos em que esse abuso é percebido, pode ainda acontecer que os profissionais menosprezem esse comportamento e o considerem uma forma de afeto inadequado (Gannon & Rose, 2008; Turton, 2010).

### **1.3.4. Tipos de Abuso Sexual**

No que concerne às diferentes formas de abuso sexual, os estudos apontam que cerca de 20% a 25% dos casos envolvem penetração ou contacto oral-genital (Finkelhor, 1994).

Alguns estudos têm demonstrado que o contacto sexual, como por exemplo, beijar ou

tocar partes do corpo por cima da roupa, constituem-se como formas abusivas menos graves, do que o abuso sexual que envolve penetração (Gilbert et al., 2009)

Acrescenta-se ainda que vários autores defendem que o abuso sexual que envolve força física, ameaças ou violência têm repercussões mais negativas na criança abusada (Ruggiero, McLeer, & Dixon, 2000; Tyler, 2002).

#### **1.4. A denúncia do Abuso Sexual de Crianças**

Apesar das taxas de prevalência de abuso sexual de crianças serem elevadas, esta problemática tem na realidade uma dimensão ainda superior, pois os números de prevalência conhecidos são apenas uma parte da realidade desta problemática. Tal como defende Chassan-Taber e Tabachnick (1999), a maioria das vítimas não revela o abuso e uma proporção ainda superior (cerca de 84% dos casos) não faz denúncia às autoridades.

São várias as razões que condicionam a vítima a revelar o abuso sexual, nomeadamente o facto de ser recorrente o uso de ameaças e coação por parte do agressor, fazendo uso da autoridade e da sua posição dominante face à criança.

Realça-se também que, tal como evidenciado na literatura, os agressores são maioritariamente conhecidos da criança, inclusivamente familiares próximos, e como tal estes logram da confiança do menor, bem como do seu papel de cuidador, além de que existe um aproveitamento da imaturidade desenvolvimental e do medo que a criança tem da revelação e das consequências que daí podem advir. Esta proximidade do agressor com a criança, conduz ainda a que não seja necessário o recurso a violência física, o que contribui para que o abuso não seja notado, e conseqüentemente, haja maior possibilidade de não ser denunciado (Furniss, 1993; Fergusson & Mullen, 1999; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Conte & Berliner, 1995). No caso de se tratar de abuso sexual intrafamiliar, crescem ainda outras variáveis de cariz afetivo e financeiro. A nível afetivo, a denúncia pode ser encarada como um fator que destabiliza a pseudo-harmonia familiar, e o receio do conhecimento público que abala a reputação da família. A nível financeiro, porque muitas vezes toda a família depende economicamente do membro que é agressor. Estas variáveis conduzem a que muitas vezes o abuso seja conhecido no núcleo familiar, mas não seja denunciado. (Furniss, 1993).

Em Portugal o número de denúncias de casos de abuso sexual de menores é escasso e por isso não revelam a realidade da dimensão desta problemática, no entanto têm vindo a aumentar o número de denúncias nas últimas décadas, o que se constitui como um bom

preditor de mudança social face aos abusos sexuais infantis (Pinto da Costa, 1990).

Contudo continua a ser de extrema relevância sensibilizar a população para a importância de denunciar o abuso sexual, pois segundo Conte e Berliner (1995) quando o abuso é denunciado, a criança é encaminhada para um processo de avaliação médica e psicológica, a fim de dar uma resposta adequada à situação, procurando assim minimizar o prejuízo da vítima.

### **1.5. Inconsistências dos estudos de prevalência de abuso sexual infantil**

Dada a evidência científica anteriormente mencionada, compreende-se que as taxas de prevalência de abuso sexual infantil são muito expressivas em todo o mundo, o que conduz a um aumento significativo de estudos realizados sobre esta problemática. Dada esta proliferação, denota-se também uma necessidade por parte dos autores, em sintetizar e/ou comparar os dados obtidos nos diversos países. Contudo, os investigadores deparam-se com algumas dificuldades em reunir consenso quanto às taxas de prevalência, devido às discrepâncias que se verificam, e que se devem sobretudo, quer às definições de abuso sexual, quer à metodologia utilizada pelos diferentes autores (Finkelhor, 1994).

No que concerne às discrepâncias nas definições, destaca-se nomeadamente a forma de abuso sexual que os autores contemplam, e.g., se adotam definições mais restritas em que apenas se consideram situações em que há contacto físico (e.g., Bagley e Ramsay, 1986; Briere & Runtz, 1988), ou se por outro lado utilizam definições mais abrangentes que incluem também experiências de abuso sem contacto físico, como sendo o exibicionismo ou voyeurismo (e.g., Finkelhor, et al, 1990; Goldman & Goldman, 1988; Goldman & Padayachi, 1997).

Outras discrepâncias verificam-se designadamente quanto ao estabelecimento ou não de um diferencial de idades entre a vítima e o agressor; e a falta de consonância nos limites de idades em que é considerado abuso sexual (e.g., Lampe, 2002).

Tais disparidades devem-se sobretudo à inexistência de uma definição universal de abuso sexual infantil, contudo verifica-se que existem determinadas variáveis que tendem a manter-se, e que se constituem como premissas para a definição de abuso sexual. Entre as quais se destacam: a existência de uma relação heterogénea entre a vítima e o ofensor, em que há exercício de poder por parte deste; a ofensa ao direito de “pertença” que todos os indivíduos têm sobre o seu corpo; e a confiança que a criança/dependente tem na figura adulta/protetora (Gabel, 1997).

A nível metodológico são várias as diferenças encontradas entre os diversos estudos e que contribuem para a obtenção de taxas de prevalência de abuso sexual de crianças muito discrepantes. Neste sentido distinguem-se os diferentes instrumentos utilizados, o procedimento e o modo como é realizada a recolha de dados, que conta com uma multiplicidade de formas, como sendo entrevistas realizadas face a face ou através de contacto telefónico; aplicação de questionários que podem ser feitos de forma presencial, por telefone ou por correio eletrónico, entre outros. Além disso o número e tipo de questões colocadas também variam, notando-se que alguns autores optam por questões mais específicas e diretamente relacionadas com as situações sexualmente abusivas, enquanto outros adotam um vasto leque de questões que variam desde situações de maus-tratos até ao abuso sexual propriamente dito.

Hopper (2011) acrescenta que o modo como é constituída a amostra, influencia também os resultados obtidos.

Destaca-se também a relevância que o procedimento adquire nas investigações sobre esta temática, uma vez que a confidencialidade tem uma importância acrescida, dado que os participantes sentem-se mais seguros quando os métodos de recolha garantem total sigilo das suas respostas (Painter, 1986).

É ainda de realçar que alguns autores não incluem experiências sexualmente abusivas entre pares (e.g., Finkelhor, 1979, 1984; Goldman & Padayachi, 1997), enquanto outros incluem esta forma de abuso nos seus dados (e.g., Russell, 1984; Siegel et al, 1987).

## **1.6. Consequências do Abuso Sexual de Crianças**

Dada a elevada prevalência de abuso sexual de crianças encontrada um pouco por todo o mundo, importa então compreender o impacto desta problemática.

Do abuso sexual infantil podem resultar diversas consequências que se repercutem em diversas áreas do desenvolvimento da criança, nomeadamente, físico (lesões decorrentes do contacto sexual abusivo, assim como ferimentos ou traumatismos que ocorrem em caso de violência física associada, ou da tentativa de libertação da vítima; doenças sexualmente transmissíveis; queixas somáticas), psicológico (e.g., depressão; ansiedade; deterioração ou distorção das emoções) e social (sentimentos de desconfiança face a outrem; retraimento em dar-se a conhecer e em estabelecer relações mais profundas; dificuldades nas relações interpessoais e vitimização continuada) (Bagley & King, 1990; Amazarray & Koller, 1998).

Vários autores defendem também que a intensidade dos danos causados pelo abuso

sexual depende de um conjunto de variáveis, como sendo, a idade e nível de maturação da criança, a relação desta com o agressor, a duração do abuso (e.g., se é apenas um episódio, ou situações continuadas que ocorrem durante vários anos), se envolve coerção ou até mesmo agressão, o tipo de abuso e a existência ou não de apoio por parte da família ou de profissionais (Beutler, Williams & Zetzer, 1994; Trickett & Putnam, 1998).

Os efeitos negativos do abuso podem repercutir-se quer a curto como a longo prazo. Relativamente aos efeitos a curto prazo, destaca-se o medo, stress pós-traumático (Schneider, Baumrind, & Kimerling, 2007), culpabilização em relação ao abuso, ansiedade, depressão, sentimentos de diferença face a outras crianças, dificuldade ao nível das relações interpessoais (Davis & Petretic-Jackson, 2000; DiLillo & Damashek, 2003) e raiva.

No que concerne aos efeitos a longo prazo, destacam-se os comportamentos autodestrutivos, sentimentos de isolamento, abuso de substâncias, sintomas depressivos, alterações de humor, estigmatização, evitamento de contactos sexuais ou desajustamento sexual (Briere & Elliott, 1994; Briere, 1992; Elliott & Briere, 1995; Sachs-Ericsson et al., 2005; Spataro, Mullen, Burgess, Wells, & Moss, 2004; Conte, 1993)

Apesar das consequências individuais serem muito relevantes, importa também salientar que existem consequências para a sociedade em geral, nomeadamente ao nível dos prejuízos financeiros que resultam, entre outros, dos problemas de saúde derivados dos abusos e, também gastos relativos às dificuldades escolares e profissionais que se observam nas vítimas de abuso sexual.

Contudo, e sendo indiscutível que os abusos sexuais se constituem como eventos traumáticos e que resultam em consequências fortemente negativas para o sujeito abusado, importa também ressaltar que cada vítima de abuso experimenta o acontecimento de uma forma diferente e muitos desses sujeitos conseguem ultrapassar e transformar essa experiência negativa em algo positivo (Cooper, 1995).

São vários os estudos que evidenciam este processo de *recovery*. Segundo McMillen, Zuravin e Rideout (1995) existem sobreviventes de abuso sexual que afirmam que apesar de terem sentido a vivência como severa e a recordem como algo negativo, reconhecem mudanças positivas em si próprios, nomeadamente consideram-se mais sensíveis e atentos às necessidades dos outros. Segundo os autores 47% das mulheres que foram abusadas sexualmente na infância identificam uma série de benefícios que conseguiram retirar desse acontecimento, nomeadamente, reconhecem-se mais atentas e preocupadas com a proteção das crianças relativamente aos abusos sexuais; estão mais elucidadas no que respeita aos

assuntos relativos com esta problemática; sentem que desenvolveram mais as suas capacidades de autoproteção; e consideram que cresceram como sendo sujeitos mais fortes.

Contudo para que tal processo de *recovery* ocorra é importante que se os sujeitos contem a situação de abuso a alguém Kuzman (1990, cit. in Ornelas & Maria, 2007); que acreditem nos seus relatos; que partilhem a sua experiência e emoções associadas, a outros sujeitos que vivenciaram acontecimentos semelhantes; que não sejam culpabilizadas; e que recorram ou construam uma rede de suporte adequada (Lew, 1988, cit. in Ornelas & Maria, 2007).

### **1.7. Prevenção do Abuso Sexual de Crianças**

Tendo em conta as elevadas taxas de prevalência de abuso sexual de crianças em todo o mundo e o impacto que tem não só na criança, mas também a nível social, familiar e político, compreende-se que é necessário intervir preventivamente, pois é a forma mais eficaz de reduzir, ou idealmente, de terminar com esta problemática.

Segundo Cabanillas e González (1997), a prevenção do abuso sexual de crianças, à semelhança de outras problemáticas, pode ser realizada em três níveis clássicos. A prevenção primária, que tem como alvo a população em geral e visa reduzir a incidência da problemática, através de intervenções que consistem em educar a população face à temática, promover a competência social, incentivar à mudança e ampliar as redes sociais de apoio.

Por outro lado a prevenção secundária, dirigida a grupos que, uma vez sinalizados, são considerados de alto risco, e cujo objetivo é reduzir a gravidade e duração das situações abusivas através da deteção precoce. Por último, pode atuar-se ao nível da prevenção terciária, que é dirigida às vítimas de abuso sexual, e que visa reduzir as sequelas e evitar a reincidência, sendo que este tipo de prevenção atua através do tratamento das vítimas e dos familiares.

Apesar da situação preferencial ser atuar no sentido do abuso não ocorrer, é também importante alertar a comunidade para a existência de apoio individual e/ou institucional, disponível para prestar apoio à criança e às famílias, podendo este conhecimento diminuir o impacto do abuso sexual, pois possibilita que se receba suporte num período próximo do episódio abusivo.

Tal como referido anteriormente, o tipo de prevenção mais importante para a redução das taxas de prevalência, é a prevenção primária, pois o principal objetivo é evitar que o abuso ocorra. Existem várias abordagens que defendem diferentes focos de prevenção. A

evidência científica demonstra que, apesar dos programas de prevenção de abuso sexual direcionados somente para as crianças, serem eficazes, uma vez que visam transmitir-lhes conhecimentos e potenciam o desenvolvimento de competências de segurança pessoal, os programas de prevenção que envolvem também os pais acabam por ser mais vantajosos (Wurtele & Kenny, 2010; Fontes, Cruz & Tabachnick, 2001).

Relativamente aos métodos de segurança pessoal, Wolf (1998) defende que o desenvolvimento de determinadas habilidades sociais constituem-se como um bom fator de autoproteção. Entre estas destacam-se, o reconhecimento de aproximações desadequadas por parte de adultos, discriminando potenciais situações de risco; resistir a induções; reagir com prontidão para abandonar a situação e informar alguém acerca do incidente.

Numa perspetiva de prevenção que inclui também os cuidadores, Wurtele e Miller-Perrin (1992) defendem que existem várias vantagens na formação de "parcerias de prevenção" com os pais, pois potenciam o sucesso dos programas de prevenção que se realizam nas escolas, uma vez que o impacto da informação recebida vai também depender do apoio que os pais prestam em casa, quer no que concerne ao esclarecimento dos conceitos, como também para ajudar as crianças a aplicar os seus novos conhecimentos no quotidiano.

Além disso as crianças beneficiam desta parceria porque a informação relativa aos abusos é discutida em ambiente familiar, o que aumenta as possibilidades destas partilharem com os pais possíveis situações de abuso, quer no presente quer no futuro. Por outro lado, o facto dos pais estarem mais elucidados sobre o assunto também faz com que estejam mais atentos para identificar e interromper possíveis interações perigosas para os filhos, desenvolvendo assim ambientes mais seguros (Wurtele et al., 1992).

Existem também abordagens de saúde pública para a prevenção dos abusos sexuais de crianças, que são mais amplas. Finkelhor (2008) realizou um estudo de avaliação de programas de prevenção focados nas crianças, e verificou que embora seja importante oferecer-lhes uma boa educação relacionada com a prevenção dos abusos, as estratégias que envolvem a comunidade tornam-se mais eficazes. O autor defende que os programas de prevenção devem ser direcionados aos pais/cuidadores, crianças, professores, profissionais de saúde e polícias, fornecendo assim a toda a comunidade informação para que possam detetar as situações de abuso e possuam conhecimentos para responder de uma forma ajustada. Além disso o facto dos programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças intervirem junto não só das crianças, mas da comunidade em geral, conduz a que haja uma elucidação do assunto, e consequentemente uma correção dos mitos que não raramente, estão associados a esta

problemática e que se constituem como um obstáculo com dimensões significativas para que a sociedade se sinta parte integrante da prevenção do problema.

Outro aspeto que justifica a relevância de se esclarecer a comunidade em geral sobre os abusos sexuais de crianças, prende-se com a evidência científica conseguida através dos estudos de alguns autores, que demonstram que apesar de muitos pais/cuidadores desejarem conversar com os filhos acerca do abuso sexual infantil, tal é afetado pela falta de conhecimentos que têm sobre o tema.

Daro (1994) defende a necessidade de programas universais de prevenção de abuso sexual, o que reflete não só que todas as crianças estão em risco, independentemente das suas características físicas ou condição social.

Evidenciada a importância da prevenção têm sido desenvolvidos vários programas nesse sentido (Jones, Finkelhor & Halter, 2006). Além disso os estudos sugerem que a maioria dos pais acredita que todas as creches e pré-escolas devem ter programas de prevenção de abuso sexual de crianças, e que as competências de autoproteção também devem ser ensinadas em casa (Wurtele et al. 1992, cit in Kenny, Capri, Thakkar-Kolar, Ryan & Runyon, 2008).

Segundo Daro (1994), a eficácia da prevenção do abuso sexual de crianças passa pela consciencialização de que esta é uma responsabilidade da comunidade em geral. É de extrema importância sensibilizar a sociedade para o facto do abuso sexual ser um crime que provoca graves danos nas vítimas, e por essa razão não pode ser subestimado.

## **1.8. Objeto de Estudo**

O presente trabalho visa estudar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa, averiguando também determinadas características inerentes a esta problemática. Entre estas destacam-se, a ligação da vítima ao agressor, a idade em que começou e terminou o abuso, a idade do agressor e qual o tipo de abuso ocorrido.

## **Parte II**

### **2. Metodologia**

Segundo defende Finkelhor (1994), o melhor modo de estudar o abuso sexual de crianças, é através de metodologias que coloquem múltiplas questões, utilizando uma linguagem muito

específica acerca da variedade de contextos em que o abuso pode ocorrer, em oposição a apenas uma questão que interrogue acerca do abuso sexual, pois deixa ao participante a tarefa de definir o que se pode constituir como sendo prejudicial, dificultando o foco do estudo.

## **2.1. Delineamento**

A presente monografia constitui-se como um estudo descritivo, pois objetiva informar sobre a distribuição de um evento na população, neste caso, o abuso sexual de crianças, em termos quantitativos. Para a realização deste estudo recorreu-se a uma amostra de 200 participantes, recolhida através de uma técnica de amostragem não probabilística, por conveniência e com efeito de bola de neve. O referido método de amostragem caracteriza-se por ser uma amostra constituída de modo não aleatório e com um objetivo dirigido (Bispo & Maroco, 2005).

Além disso é por conveniência, visto que os participantes foram selecionados devido à facilidade de contacto e acesso (Hill & Hill, 2000).

Para a recolha de dados utilizou-se como instrumento um questionário de autopreenchimento, ao qual os participantes responderam segundo a classificação de uma escala que vai desde “Não tenho a certeza” até “Muito frequentemente”.

Relativamente à metodologia de investigação, recorreu-se a uma análise quantitativa, realizando-se uma estatística descritiva e a validação da escala., através de uma análise fatorial confirmatória (AFC). Para o tratamento estatístico dos dados recorreu-se ao SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0 para Windows e o *Software Amos* (v 20.0 SPSS).

## **2.2. Participantes**

No presente estudo recorreu-se a 200 participantes, sendo 132 do sexo feminino (66%) e 68 do sexo masculino (34%). Os participantes têm idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, sendo que a maioria destes encontram-se na faixa etária entre os 18 e os 25 anos de idade (67,5%).

Relativamente ao estado civil, verificou-se que a maioria dos sujeitos são solteiros (63,5%), seguindo-se 20% que são casados, 15,5% em união de facto e 1% divorciados.

Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se uma percentagem equitativa de participantes licenciados e com o 12º ano (40% em ambos os casos). Verificou-se também que 11% tem o ensino básico concluído, 4,5% tem uma escolaridade abaixo do 9º ano, 4%

tem o grau de mestre e apenas 0,5% possui um doutoramento.

A recolha da amostra foi realizada no distrito de Lisboa, incluindo população rural e urbana.

### **2.3. Procedimento**

A amostra foi recolhida em várias instituições de cariz comunitário. A recolha da amostra realizou-se mediante informantes estratégicos do tipo bola de neve, ou seja, indivíduos indicados através de informadores iniciais.

Foi explicado o objetivo da presente investigação aos responsáveis das instituições, e estes foram também informados sobre a média de tempo necessária para o preenchimento do questionário. Junto ao questionário foi entregue uma folha em duplicado referente ao consentimento informado, sendo assim garantido que as informações recolhidas seriam absolutamente confidenciais, e a sua utilização era restrita a fins académicos. Esta garantia de confidencialidade tinha como finalidade que os participantes não receassem responder às questões com veracidade, bem como evitar a desejabilidade social.

Posteriormente à recolha dos questionários, estes foram analisados estatisticamente.

### **2.4. Instrumento**

Neste estudo foi utilizado o questionário “*Childhood Sexual Experiences Questionnaire*” (CSEQ). Este instrumento foi construído por Altman (2005) com base nas medidas de autorelato de abuso sexual na infância de Finkelhor (1978) e de Mendel (1992), e também de acordo com a estrutura de entrevista de abuso sexual de Chaffin, Wherry, Newlen, Crutchfield, and Dykman (1997).

Relativamente à caracterização do instrumento, este está dividido em duas partes distintas. A primeira secção é composta por questões demográficas, sendo estas o género, idade, estado civil, orientação sexual, habilitações académicas, naturalidade e nacionalidade.

A segunda parte do instrumento é constituída pelos itens referentes a diferentes comportamentos sexualmente abusivos, que tenham ocorrido antes dos 12 anos de idade, aos quais os participantes têm várias opções de resposta: “Não tenho a certeza”, “Nunca”, “Raramente”, “Às vezes”, “Frequentemente” e “Muito frequentemente”. As respostas foram codificadas de 1 a 6, sendo 1 para “Não tenho a certeza”, 2 para “Nunca”, 3 para “Raramente”, 4 para “Às vezes”, 5 para “Frequentemente” e 6 para “Muito frequentemente”.

As situações de abuso estão apresentados segundo o grau de gravidade/impacto, e

deste modo vão desde um convite por parte de outrem para a participação da criança em algo de cariz sexual, até ao ato sexual propriamente dito.

Foram ainda acrescentadas duas questões no questionário, com o objetivo de enriquecer a informação recolhida sobre a temática: “*Que idade tinha no primeiro episódio?*”; “*Que idade tinha/tinham a/s outra/s pessoa/s envolvida/s?*”.

Antes da aplicação, o questionário foi traduzido, sendo posteriormente revisto por três peritas na temática dos abusos sexuais de crianças, como forma de averiguar a adequação do instrumento ao objetivo do estudo.

Anteriormente à aplicação do questionário aos participantes, realizou-se ainda um pré-teste a 10 sujeitos, 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. A estes foi solicitado que avaliassem o conteúdo e compreensão do instrumento.

Para tal, foi-lhes solicitado que, de acordo com a sua opinião pessoal, selecionassem algumas das seguintes opções: “*Útil*”, “*Formulado de forma clara*”, “*Interessante*”, “*Constrangedor*”, “*Entediante*”, “*Muito longo*” ou “*Muito difícil*” (Anexo 1). Segundo os resultados obtidos compreende-se que a maioria dos sujeitos considerou o questionário “*Útil*” e “*Interessante*”, sendo que nenhum dos colaboradores qualificou o questionário como sendo “*Entediante*” ou “*Muito difícil*”.

Dada a natureza da temática abordada, foi também pedido que identificassem alguns termos/expressões que considerassem menos claros, e sugerissem as devidas alterações linguísticas, de forma a obter-se um instrumento explícito ao nível da linguagem mas também adequado do ponto de vista emocional.

#### **2.4.1. Validação do Instrumento – Procedimentos Estatísticos**

A proposta inicial dos autores do questionário comporta a constituição de três componentes como modo de formar três índices de “gravidade/frequência” dos eventos sexualmente abusivos. A primeira dimensão denominada por “*Órgãos Genitais*” contempla os itens {3, 4, 7, 8, 10, 12 e 13}. A segunda componente designada “*Resto do Corpo*” (envolve os eventos abusivos relativos às outras partes do corpo que não sejam os órgãos genitais) comporta os itens {5, 6, 9 e 11}. A terceira dimensão denominada “*Penetração ou Tentativa*” inclui os itens {14 e 15}.

Para a validação do instrumento procedeu-se à realização de uma análise fatorial

confirmatória com recurso ao *software* AMOS (v 20.0 SPSS), tendo-se respeitado a distribuição dos itens inicialmente proposta pelos autores (Anexo 5).

Com a referida distribuição de itens em cada uma das três dimensões, obteve-se um modelo de AFC com os seguintes índices de qualidade de ajustamento:  $X^2/df= 17,006$  (Anexo 5a); CFI= 0,63 (Anexo 5b) e GFI= 0,63 (Anexo 5c), com *p-value* <0,001, constatando-se assim que estes dados indicam um mau ajustamento do modelo, visto que o valor sofrível para  $X^2/df$  seria  $\leq 5$ , e o CFI e GFI auferem um ajustamento sofrível com valores  $\geq 0,80$  (Marôco, 2010).

Com o objetivo de se melhorar o ajustamento do modelo, procedeu-se à análise dos índices de modificação (M.I.) (Anexo 5d), no sentido de compreender quais os itens que acumulam maior erro (os itens que mais se afastam de 11).

De acordo com os valores obtidos, constatou-se que o maior índice de modificação ocorre para a variância associada entre os itens 14 (I14) e 13 (I13).

Dado que, a terceira dimensão “*Penetração ou Tentativa*” contempla apenas dois itens, um dos quais o item 14 (I14), procedeu-se à eliminação somente do item 13 (I13), dado que cada componente não pode ter menos do que 2 itens associados, e consequentemente não se eliminará, pelo menos numa primeira tentativa de ajuste, o item 14.

Com a remoção do item 14 (I14) (Anexo 6), verificou-se uma alteração nas medidas estatísticas, constatando-se um  $X^2/df= 10,14$  (Anexo 6a), CFI= 0,77 (Anexo 6b) e um GFI= 0,72 (Anexo 6c), *p-value* < 0,001, ou seja, continuam a verificar-se valores que apontam para um mau ajustamento do modelo. Deste modo, procedeu-se novamente à análise dos índices de modificação (M.I.) (Anexo 6d), como forma de compreender qual o item que se poderia eliminar a fim de conseguir um ajustamento sofrível.

De acordo com os valores obtidos, compreende-se que o maior índice de modificação ocorre para a covariância entre o resíduo associado ao item 12 (I12) e o fator “*Penetração\_Tentativa*” (PT), procedendo-se assim à eliminação do item 12 (I12) para melhorar o ajustamento do modelo (Figura1).

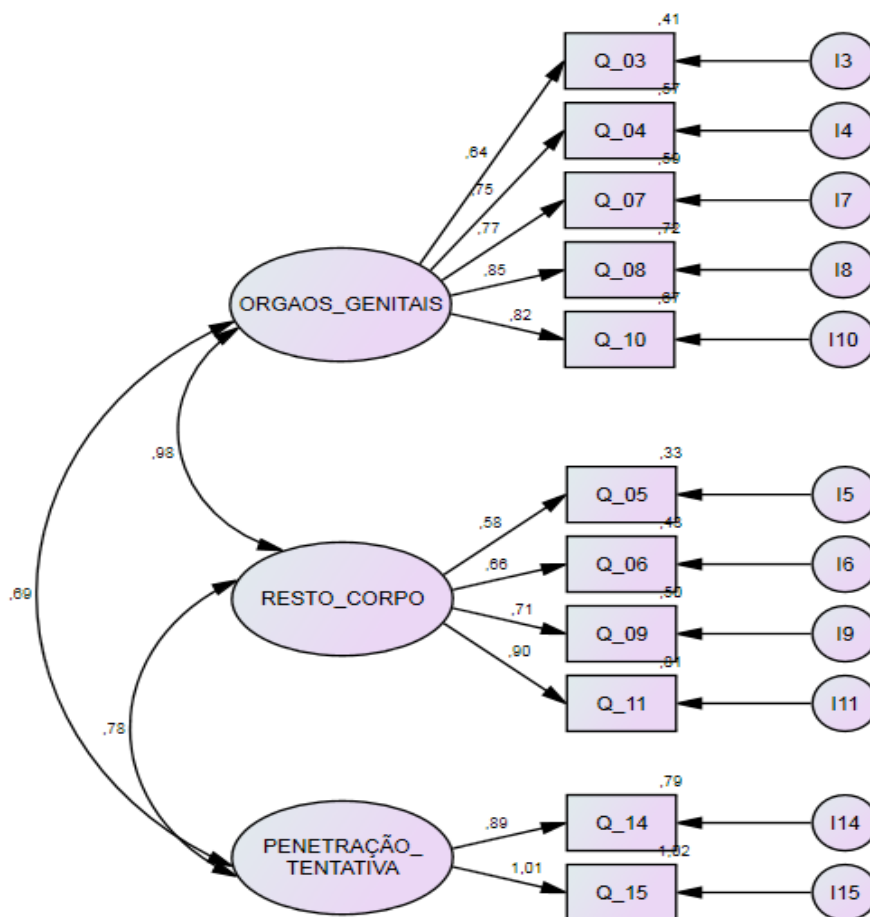


Figura 1: Modelo AFC ajustado

Com a eliminação deste item (I12), obteve-se um  $X^2/df= 4,84$  (Anexo 7); CFI= 0,84 (Anexo 7a); e um GFI= 0,80 (Anexo 7b), com  $p\text{-value} < 0,001$ , ou seja, obtiveram-se índices de qualidade de ajustamento considerados sofríveis.

### Parte III

#### 3. Apresentação e Análise dos Resultados

Realizando a análise dos dados demográficos obtidos no presente estudo, constatou-se que dos 200 participantes do estudo, 132 são mulheres (66%) e 68 são homens (34%) (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição dos participantes por géneros

Género	N	%
Feminino	132	66
Masculino	68	34

Quanto às habilitações académicas constatou-se que a maioria tem no mínimo o ensino secundário (84,5%), sendo que 15,5% tem o 9º ano de escolaridade ou menos.

Os participantes são maioritariamente solteiros (63,5%), verificando-se que 35,5% estão em algum tipo de relação, e apenas 1% são divorciados.

Relativamente à orientação sexual constatou-se que 95% são heterossexuais, 3% são homossexuais e 2% são bissexuais. Posteriormente são apresentados e analisados os resultados referentes à prevalência de abuso sexual de crianças.

Para uma análise mais aprofundada, tais resultados são expostos na tabela que se segue, permitindo assim a comparação da prevalência obtida na presente investigação com as taxas encontradas nos estudos realizados em diversos países.

*Tabela 3. Informação relativa à prevalência de abuso sexual de crianças no presente estudo e em investigações realizadas em diversos países*

País	Autores/Ano	Prevalência (%)	
		Mulheres	Homens
<b>Portugal</b>	<b>Presente Investigação</b>	<b>15,9</b>	<b>11,7</b>
Portugal	Figueiredo et al. (2004)	2,7	2,6
Espanha	De Paúl, Milner & Múgica (1995)	14,8	9,70
EUA	Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990)	27	16
EUA	Briere e Elliott (2003)	32,3	14,2
Canadá	MacMillan et al. (1997)	12,8	4,3
EUA	Gorey e Leslie (1997)	22,3%	8,5%
Suiça	Halpérin et al (1996)	33,8	10,9
México	Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero e Vásquez (2008)	19,3%	17,3%

Relativamente à prevalência global de abuso sexual de crianças, verificou-se uma taxa de 14,5%.

Efetuada uma análise dos resultados segundo o género, constata-se que a prevalência de abuso sexual é superior nas mulheres (15,9%) do que nos homens (11,7%), o que vai de encontro aos resultados observados em todos os estudos acima mencionados, bem como, na literatura em geral. Estas diferenças podem ser explicadas pelas crenças e normas sociais inerentes ao género feminino, i.e., seguindo o princípio de que as mulheres ainda são encaradas como o género mais dependente, frágil e amistososo para com os outros, tornam-se mais vulneráveis a ser abusadas sexualmente (Wellman, 1993).

Realizando uma análise mais minuciosa e comparativa da prevalência de abuso sexual encontrada na presente investigação em ambos os géneros e os estudos mencionados na Tabela 3, constata-se que as taxas de prevalência que mais se assemelham à encontrada na presente investigação, são os valores do estudo de De Paúl, Milner & Múgica (1995) realizado em Espanha, destacando-se que tal semelhança se verifica sobretudo no género feminino (Espanha: 14,8% vs Portugal: 15,9%) onde a diferença é de apenas 1,1%.

Por outro lado, a taxa de prevalência que mais se afasta da obtida neste estudo relativamente ao género feminino, é a encontrada na pesquisa efetuada por Halpérin et al., (1996) na Suíça, onde a prevalência de abuso sexual nas mulheres é de 33,8%.

Em contraste com esta disparidade nos resultados referentes ao género feminino, constata-se que a prevalência de abuso nos rapazes encontrada nesta investigação é a que mais se aproxima da verificada no presente estudo (10,9% vs. 11,7%, respetivamente).

Constata-se também que as taxas de abuso sexual neste estudo são inferiores em ambos os géneros, à verificada por Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990) e por Briere e Elliott (2003) nos EUA, bem como na pesquisa realizada no México por Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero e Vásquez (2008).

Por outro lado verifica-se que a prevalência de abuso sexual observada na presente investigação é superior em ambos os géneros quando comparada com os estudos realizados por MacMillan et al. (1997) no Canadá e por De Paúl, Milner & Múgica (1995) em Espanha. Destacando-se sobretudo as taxas de abuso sexual no género masculino referentes ao estudo de MacMillan et al. (1997), uma vez que apresenta uma diferença expressiva quando comparada com a prevalência encontrada nesta pesquisa (11,7% vs. 4,3%) (a comparação entre os dois estudos portugueses será feita individualmente).

Relativamente ao estudo de Gorey e Leslie (1997), constata-se que embora tenham

verificado uma prevalência de abuso sexual superior no género feminino (22,3% vs. 15,9%), o mesmo não acontece no género masculino (8,5% vs. 11,7%).

Realizando uma análise especialmente focada nos dois estudos portugueses, constata-se que as taxas de prevalência são muito discrepantes em ambos os géneros, encontrando-se na pesquisa de Figueiredo et al. (2004) uma taxa de prevalência de 2,7% nas mulheres enquanto que no presente estudo a prevalência de abuso sexual infantil é de 15,9% neste género. Quanto às percentagens de abuso no género masculino, verifica-se igualmente uma significativa diferença entre os dois estudos (2,6% vs 11,7%).

Verifica-se assim que as taxas encontradas por Figueiredo et al. (2004) são significativamente mais baixas que as constatadas na presente investigação. Tais discrepâncias estão possivelmente relacionadas com questões metodológicas, mais concretamente com o procedimento utilizado por Figueiredo et al. (2004), pois tal como Pereda, Guilera, Forns, e Gomez-Benito (2009), defendem poderá ter conduzido os participantes a recearem a quebra de confidencialidade das suas respostas.

Com a comparação e análise dos estudos atrás mencionados compreende-se que existem várias discrepâncias entre as taxas de prevalência de abuso sexual infantil.

Tais diferenças podem ser justificadas quer pelas definições de abuso sexual de crianças que os diversos autores utilizaram, bem como por questões metodológicas, nomeadamente no que concerne ao instrumento utilizado, ao método de recolha de dados, à forma como constituíram a amostra e ao procedimento utilizado (Finkelhor, 1994).

De seguida procede-se à análise dos resultados relativos às características dos abusos sexuais de crianças.

### **3.1. Análise da ligação da criança sexualmente abusada com o agressor**

No que concerne à ligação da criança com o abusador (Tabela 4) observa-se que a maioria dos agressores são “Pessoas conhecidas, mas não amigas” (20,7%) da criança, verificando-se ainda uma elevada taxa no item relativo a “amigo/a” (13,8%) e também no item “pai” (13,8%). Denota-se ainda que os agressores menos frequentes neste estudo foram “Irmão” e “Irmã”, tendo-se observado em ambos uma taxa de 3,4%.

*Tabela 4: Informação relativa à ligação da criança com o agressor*

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Estranho	3	10,3
Pessoa conhecida, mas não amiga	6	20,7
Amigo/a	4	13,8
Primo/a	3	10,3
Irmão	1	3,4
Irmã	1	3,4
Pai	4	13,8
Tia	2	6,9
Padrasto	3	10,3
Outro	2	6,9
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

*Tabela 5: Relação do agressor com a criança segundo três categorias*

<b>Agressores</b>	<b>Estranhos</b>	<b>Família</b>	<b>Pessoas conhecidas mas não familiares</b>
(%)	10,3%	48,1%	34,5

*Tabela 6: Relação do agressor com a criança segundo duas categorias*

<b>Agressores</b>	<b>Conhecidos</b>	<b>Estranhos</b>
(%)	82,6%	10,3%

Analisando os dados através das categorias: “Estranhos”, “Familiar”, “Pessoas conhecidas”, compreende-se que a taxa de agressores que são familiares da criança é de 48,1%, a percentagem de abusadores conhecidos é de 34,5% e de estranhos é de 10,3% (Tabela 4). Tais resultados vão de encontro ao verificado no estudo de Briere e Elliott (2003), que constatou que 46,8% dos agressores são membros da família da criança.

Se se analisar a ligação da criança com o agressor de acordo com as categorias:

“Estranhos” e “Conhecidos” obtêm-se uma taxa de 82,6% de pessoas conhecidas da criança e uma percentagem de estranhos de 10,3% (Tabela 6). Estes resultados são muito semelhantes aos observados por Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero e Vásquez (2008) no estudo que realizaram no México, no qual verificaram que 87,1% dos agressores eram conhecidos da criança, enquanto que apenas 13,9% eram sujeitos desconhecidos da vítima. Os resultados obtidos vão também de encontro ao constatado por Finkelhor (1994) nos EUA, que verificou que o abuso sexual é maioritariamente cometido por sujeitos conhecidos da criança apontando uma taxa de 70% a 90%, a qual compreende o resultado observado neste estudo (82,6%).

### **3.2. Idade média do início e do término do abuso sexual**

Relativamente à idade de início do abuso, verifica-se que varia entre os 4 e os 16 anos, sendo que a média das idades é de 8,5 anos. No que concerne à idade em que ocorre o término dos abusos, verificou-se que a média de idades é de 10,9 anos, compreendendo-se assim que neste estudo os abusos ocorreram sobretudo entre os 8,5 anos e os 10,9 anos. Este resultado está de acordo com o intervalo de idades que é defendido na literatura por alguns autores, ou seja, entre os 7 e os 12 anos (Finkelhor, Hotaling, Lewis, & Smith, 1990; Saunders et al., 1999). Tais resultados vão também de encontro ao constatado por Conte e Berliner (1995) que verificaram que 60% dos sobreviventes de abuso sexual de crianças têm menos de 12 anos de idade. O facto da maior parte dos estudos apontarem para que o abuso ocorra antes dos 12 anos de idade, pode ser justificada pelo facto de ser um período em que as crianças são especialmente vulneráveis à manipulação ou ameaças vindas do adulto, dada a fase de desenvolvimento em que se encontram (Finkelhor, Hotaling, Lewis, & Smith, 1990; Saunders et al., 1999).

### **3.3. Idade média do abusador**

No que concerne à idade do abusador, observou-se que varia entre os 12 e os 70 anos, verificando-se que a média de idades é de 32,9 anos. Estes resultados vão de encontro ao constatado por Goldman e Padayachi (1997), uma vez que verificaram que a maioria dos agressores tinha menos de 40 anos (75%). Também os autores Finkelhor, Hotaling, Lewis, & Smith, 1990 verificaram que na maioria dos casos de abuso sexual, os agressores tinham 10 anos ou mais que as vítimas.

Realizando-se uma análise dos itens do questionário que ilustram as situações sexualmente abusivas, compreende-se que os itens mais identificados pelos sobreviventes foram o item 5 “*Ser apalpado por cima da roupa*” onde se verificou uma percentagem de 17% e o item 3 “*Alguém lhe mostrou os genitais*” no qual se observou uma taxa de 13,5% (Tabela 7). Estes resultados estão de acordo com o encontrado por Goldman e Goldman (1988), uma vez que os autores constataram que a maioria dos abusos envolvia exibicionismo e carícias, bem como toques genitais.

*Tabela 7. Comportamentos sexualmente abusivos mais frequentes*

<b>Itens</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Item 3. “Alguém lhe mostrou os genitais”	13,5
Item 5. “Ser apalpado por cima da roupa”	17

Por outro lado se se realizar uma análise dos itens agrupando-os segundo as categorias “Com contacto físico” e “Sem contacto físico” (Tabela 8), compreende-se que 29,5% dos casos de abuso foram sem contacto físico, entre os quais 20% foram de exibicionismo, e 70,5% envolveu algum tipo de contacto físico. Tais resultados são semelhantes aos encontrados no estudo de Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero e Vásquez (2008), uma vez que os autores constataram uma percentagem de 25% de abusos sexuais sem contacto físico e de 75% com contacto físico.

*Tabela 8: Itens agrupados segundo as categorias “Com contacto físico” e “Sem contacto físico”*

<b>Sem contacto físico</b>	<b>(%)</b>
<b>Itens</b>	
Convite ou pedido para fazer algo sexual ou falar de algo de cariz sexual	9,5
Alguém lhe mostrar os genitais	13,5
Mostrar os seus genitais a alguém	6,5
<b>Total</b>	<b>29,5</b>

<b>Com contacto físico</b>	<b>(%)</b>
<b>Itens</b>	
Beijar e abraçar de uma forma sexual	9,5
Ser apalpado por cima da roupa	17
Apalpar alguém por cima da roupa	10,5
Alguém tocar nos seus órgãos genitais	5,5
Tocar nos órgãos genitais de alguém	4,5
Simular uma relação sexual por cima da roupa	10
Masturbar ou ser envolvido na masturbação de alguém	4
Simular uma relação sexual por baixo da roupa (por exemplo, sem penetração)	4
Contacto oral de outra pessoa com os seus genitais	2
Contacto oral com os genitais de outra pessoa	1
Ser penetrado com os dedos ou com um objeto	0,5
Alguém tentar envolvê-lo em sexo anal (incluindo tentativas sem sucesso)	1,5
Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual	0,5
<b>Total</b>	<b>70,5</b>

Da análise da Tabela 8 verifica-se ainda que o comportamento abusivo mais usual que não envolveu contato físico, foi “Alguém lhe mostrar os genitais”, enquanto que com contato físico foi “Ser apalpado por cima da roupa”, apresentando também percentagens elevadas os comportamentos abusivos: “Apalpar alguém por cima da roupa” (10,5%) e “Simular uma relação sexual por cima da roupa” (10%).

## **Parte IV**

### **4. Conclusão**

Com a presente monografia concluiu-se que a taxa de prevalência de abuso sexual de crianças encontrada na amostra portuguesa constituída por 200 participantes, foi de 14,5%, ou

seja, é um resultado similar ao constatado por vários autores em estudos realizados um pouco por todo o mundo.

Dada esta evidência e tendo em conta as repercussões que esta problemática tem não só para a criança abusada, como também a nível familiar, social e político, compreende-se que é necessário e premente mobilizar-se, não só a comunidade científica mas também profissionais de várias áreas, para o desenvolvimento e implementação de práticas preventivas que sensibilizem a sociedade em geral, pois é a forma mais eficaz de fazer com que as proporções deste problema decresçam.

É de extrema relevância que haja uma consciencialização da sociedade acerca da extensão que o abuso sexual infantil possui atualmente no nosso país, e também de que este é um problema transversal e como tal, todas as crianças correm risco de ser abusadas sexualmente.

Para isso é necessário haver um trabalho intenso e rigoroso por parte da comunidade científica por forma a transmitir informação esclarecedora e formativa, que conduza cada cidadão a adquirir uma consciência individual de que pode ter um papel ativo e fundamental na prevenção do abuso sexual de crianças.

Face às percentagens de prevalência encontradas neste estudo, é fundamental atuar em várias frentes com vista a obter resultados mais eficazes. Indubitavelmente, é crucial intervir junto das crianças como catalisador para que estas aumentem os seus conhecimentos e competências, tornando-se mais assertivas, capazes de identificar e distinguir o que são comportamentos sexuais adequados e inadequados, tornando-se assim mais autoprotetidas.

Por outro lado é importante atuar junto das famílias, professores, educadores e de outros profissionais que estejam em contato com as crianças, transmitindo-lhes informações atualizadas sobre a realidade dos abusos sexuais, de forma a estes tornarem-se mais esclarecidos para poderem fomentar e reforçar os conhecimentos e competências adquiridos pelas crianças. É de realçar ainda que um trabalho informativo junto dos adultos conduz a que se tornem mais atentos e sensíveis a potenciais situações de abuso, e mais capazes para denunciar possíveis situações abusivas.

Além disso, é importante destacar que a prevalência de abusos sexuais perpetrados por pessoas conhecidas mas não familiares é de 34,5%, ou seja adquire uma proporção expressiva, e como tal é extremamente relevante sensibilizar os pais/cuidadores para a importância de desenvolverem uma comunicação aberta com as crianças sobre este tema, uma vez que lhes possibilita partilhar situações que considerem potencialmente perigosas,

tornando-se assim mais protegidos de eventuais ofensores.

Contudo, não podemos esquecer que a prevalência de abuso sexual infantil relativa aos abusos perpetrados por familiares é elevada (48,1%), e deste modo justifica-se também a relevância de sensibilizar outras pessoas que contactem com crianças, pois é importante que estas estejam atentas e disponíveis, constituindo-se como um recurso para as crianças fora do núcleo familiar.

Fomentar e implementar práticas preventivas constitui-se como uma estratégia inteligente também do ponto de vista económico para o país, uma vez que se evitam custos relacionados com os sistemas de saúde, social, educacional e judicial.

Quando se fala em práticas e estratégias preventivas, referimo-nos à ambição de que o abuso sexual não ocorra, sendo essa a situação ideal. Contudo, é preciso ter em atenção que é necessário estar preparado para dar respostas adequadas aos sobreviventes de abuso sexual infantil. Para isso as informações obtidas no presente estudo também se revestem de enorme importância, dado que o conhecimento da prevalência desta problemática, permite legitimar a necessidade de uma melhor coordenação entre os sistemas judiciais e as entidades de apoio e proteção das crianças, como modo de dar respostas eficazes às vítimas e evitar a reincidência.

Em suma, pretende-se que esta investigação, pioneira no sentido em que é especificamente dirigida para a prevalência de abuso sexual de crianças na população portuguesa, seja um contributo para que haja um maior interesse e investimento em práticas preventivas, de modo a proteger as crianças deste tipo de violência, evitando que sejam sujeitas a uma situação tão traumática e com consequências tão danosas, como é o caso dos abusos sexuais. Dado que se demonstra que esta problemática adquire proporções e características similares às demais encontradas noutros países que têm já implementados planos de prevenção, legitima-se que também é necessário Portugal acompanhar essa preocupação preventiva, construindo uma sociedade mais preventiva e protetora das suas crianças.

#### **4.1. Propostas de Investigação**

Dado que este é o segundo estudo sobre prevalência de abuso sexual de crianças com populações portuguesas, e o primeiro que tem como foco exclusivo o estudo da prevalência, podemos aproveitar para desenvolver investigação útil e rigorosa sobre este tema.

Apesar do presente estudo não ser generalizável à população portuguesa, não existem

à partida, razões para acreditar que numa amostra com representatividade nacional os resultados seriam muito diferentes.

De qualquer modo será interessante desenvolver uma replicação do presente estudo, utilizando uma amostra constituída de modo aleatório, como forma de generalizar estes resultados à população em geral.

Outra investigação que poderia ter um forte contributo a nível da prevalência em Portugal, seria o estudo das taxas de abuso sexual de crianças, separando num mesmo instrumento, os casos em que o abusador foi um adulto e os casos em que foi um adolescente, estudando-se assim o abuso entre pares, que por vezes parece ser subestimado.

Poderá também ser relevante realizar uma investigação em que o objetivo é compreender a forma como o sujeito abusado qualifica o impacto que o abuso teve no seu desenvolvimento pessoal, familiar e social.

Outra proposta de investigação que poderá vir a ser interessante e enriquecedora, prende-se com o estudo da melhor metodologia de recolha de dados em Portugal. Para isso poderia recorrer-se a um grupo de investigação, que recorrendo a uma amostra probabilística, a dividiria em dois grupos distribuídos equitativamente, e a cada grupo aplicar-se-iam instrumentos e procedimentos diferentes. No final poderia incluir-se uma questão referente ao grau de conforto com a metodologia utilizada e com a sinceridade das respostas, como forma a compreender qual o método com que os participantes se sentiram mais seguros e confortáveis a responder sobre a sua vivência sexualmente abusiva.

Apesar de não ser uma proposta de investigação, uma vez que está relacionado com um trabalho de cariz institucional, não posso deixar de referir a real importância de Portugal determinar uma definição de abuso sexual de crianças tão específica e explícita quanto possível e divulga-la continuamente nos meios de comunicação social. Tal iria permitir por um lado, que a sociedade portuguesa tivesse presente quais os comportamentos sexualmente abusivos, e por outro lado facilitaria não só a conduta judicial mas também possibilitaria formas de investigação de prevalência mais eficazes, facultando ainda o trabalho das entidades responsáveis por intervir nos casos de abuso sexual infantil.

## **4.2. Limitações**

Num primeiro momento apresentam-se algumas limitações da presente investigação, e posteriormente identificam-se algumas limitações dos estudos de prevalência em geral. Uma das limitações deste estudo prende-se com o facto de não se ter recolhido a amostra de modo

aleatório, não podendo assim os resultados obtidos serem generalizados para toda a população portuguesa.

Outra limitação do presente estudo prende-se com o facto de não investigar o género do abusador, nem se a vítima partilhou ou denunciou o abuso. Seria ainda interessante perceber a percentagem de situações abusivas isoladas e continuadas, uma vez que esta é uma das variáveis que interfere na intensidade do trauma causado pelo abuso sexual.

As limitações que mais frequentemente são apontadas nos estudos de prevalência, prendem-se sobretudo com questões metodológicas. Não é claro na literatura qual o método mais eficaz para estudar a prevalência, encontrando-se estudos com os mais variados instrumentos e procedimentos, que conseqüentemente leva a discrepâncias nos resultados obtidos (Leventhal, 1998; Finkelhor, 1994).

## **5. Referências Bibliográficas**

Amazarray, M. & Koller, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11: 98 – 103.

Bagley, C., & King, K. (1990). *Child Sexual Abuse: The search for healing*. Tavistock/Routledge: London and New York.

Bagley, C. & Ramsay, R. (1986). Sexual abuse in childhood: psychological outcomes and implications for social work practice. *Journal of Social Work and Human Sexuality*, 4, 33-47.

Beutler, L., Williams, R., & Zetzer, H. (1994). Efficacy of Treatment for Victims of Child Sexual Abuse. *The Future of Children*, 4 (2), 156-175.

Bispo, R., & Maroco, J. (2005). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Climepsi Editores.

Briere, J. (1992). Methodological issues in the study of sexual abuse effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60, 196-203.

Briere, J., & Elliott, D. (1994). Immediate and long-term impacts of child sexual abuse. *The Future of Children*, 4, 54-69.

- Briere, J., & Elliott, D. (1995). Posttraumatic stress associated with delayed recall of sexual abuse: A general population study. *Journal of Traumatic Stress, 8*, 629-647.
- Briere, J., & Elliot, D. (2003). Prevalence and psychological sequels of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect, 27*, 1205-1222.
- Briere, J., & Runtz, M. (1988). Symptomatology associated with childhood sexual victimization in a non-clinical adult sample. *Child Abuse & Neglect: The International Journal, 12*, 51-59.
- Cabanillas, M. & González, J. (1997). La prevención del maltrato infantil. In: *Niños maltratados* (J.C. Flores, J.A.D. Huertas & C.M. Gonzáles, org), pp. 325-36, Madrid: Ediciones Díaz de Santos.
- Chassan-Taber, L., & Tabachnick, J. (1999). Evaluation of a Child Sexual Abuse Prevention Program. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 11* (4), 279-292.
- Conte, J. (1993). Sexual abuse of children. In: *Issues in childrens' and Families' lives. Voll Family violence: prevention and treatment* (R.L. Hampton, T.P. Gullotta, G. Adams, E.H. Potter III & R.P. Weissberg, edit), pp. 56-85, California: Sage Publications.
- Conte, J. & Berliner, L. (1993). Sexual Abuse Evaluations: Conceptual and Empirical Obstacles. *Child Abuse and Neglect, 17*, 111-125.
- Conte, J. & Berliner, L. (1995). The Effects of Disclosure and Intervention on Sexually Abused Children. *Child Abuse & Neglect, v 19, 3*, pp. 371-384.
- Cooper, S. (1995). *New strategies for free children: Child abuse prevention for elementary school children*. New Jersey: ICAP.
- Davis, J. L., & Petretic-Jackson, P. A. (2000). The impact of child sexual abuse on adult interpersonal functioning: A review and synthesis of the empirical literature. *Aggression and Violent Behavior, 5*, 291-328.
- Daro, D. (1994). Prevention of Child Sexual Abuse. *The Future of Children, 4* (2), 198-293.

- De Paúl, J., Milner, J. S., & Múgica, P. (1995). Childhood maltreatment, childhood social support, and child abuse potential in a Basque sample. *Child Abuse & Neglect*, 19(8), 907–920.
- DiLillo, D., & Damashek, A. (2003). Parenting characteristics of women reporting a history of childhood sexual abuse. *Child Maltreatment*, 8, 319-333.
- Dube, S., Anda, R., Whitfield, C., Brown, D., Felitti, V., Dong, M., & Giles, W. (2005). Long-term consequences of childhood sexual abuse by gender of victim. *American Journal of Preventative Medicine*, 28(5) 430-439.
- Fergusson, D., & Mullen, P. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence based perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in Portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28, 669–682.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press.
- Finkelhor D. (1994). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *Future Child*; 4:31-53.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18, 409–417.
- Finkelhor, D. (2008). *Childhood victimization: Violence, crime, and abuse in the lives of young people*. New York: Oxford University Press.
- Finkelhor, D. (1979). *Sexually victimized children*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women: Prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse and Neglect*, 14, 19-28.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Turner, H. (2009). Lifetime assessment of poly-victimization in a national sample of children & youth. *Child Abuse & Neglect*, 33: 403-411.

- Fontes, L.A., Cruz, M., & Tabachnick, J. (2001). Views of child sexual abuse in two cultural communities: An exploratory study among African Americans & Latinos. *Child Maltreatment*, 6 (2):103-107.
- Finkelhor, D., Ormrod, R.K., Turner, H.A., and Hamby, S.L. (2005). Measuring poly-victimization using the JVQ. *Child Abuse & Neglect*, 29(11): 1297-1312.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- Gannon, T., & Rose, M. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 6, 442-461.
- Gilbert, R., Widom, C., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *The Lancet* 373(9657), 68–81.
- Goldman, R., & Goldman, J. (1988). The prevalence and nature of the child sexual abuse in Australia. *Australian Journal of Sex, Marriage and Family*, 9, 94-106.
- Goldman, J., & Padayachi, U. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse and Neglect*, The International Journal. 21, 489-498.
- Gorey, K., & Leslie, D. (1997). The prevalence of child sexual abuse: Integrative review adjustment for potential response and measurement biases. *Child Abuse & Neglect*, 24, 489-498.
- Hanson, R.F., Self-Brown, S., Fricker-Elhai, A., Kilpatrick, D.G., Saunders, B.E., & Resnick, H.S. (2006). The relationship between family environment and violence exposure among youth: Findings from the National Survey of Adolescents. *Child Maltreatment*, 11, 3-15.
- Hewitt, S. (1998). *Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: Understanding small voices*, Sage Publications, Thousand Oaks, CA.

- Habigzang, L., Koller, S., Azevedo, G., & Machado, P. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Halpérin, D. et al. (1996). Prevalence of child sexual abuse among adolescents in Geneva: results of a cross sectional survey. *BMJ*, 25;312 (7042):1326-9.
- Hill, A., & Hill, M. (2000). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hopper, J. (2011). Sexual abuse of males: Prevalence, possible lasting effects and Resources. Consultado em 28 de Novembro de 2011, através de [www.jimhopper.com/male-ab/index.html](http://www.jimhopper.com/male-ab/index.html).
- Kenny, M., Thakkar-Kolar, R., Ryan, E., & Runyon, M. (2008). Child sexual abuse: From prevention to self-protection. *Child Abuse Review* 17, 36-54.
- Lampe, A. (2002). Prevalence of sexual and physical abuse and emotional neglect of children in Europe. *Z Psychosom Med Psychother*, 48(4): 370-80.
- Leventhal, J. (1998) Epidemiology of Sexual Abuse of Children: Old Problems, New Directions. *Child Abuse & Neglect*, 22 (6), 481–491.
- MacMillan H., Fleming J., Trocmé N., Boyle M., Wong M., Racine Y., et al. (1997). Prevalence of child physical and sexual abuse in the community: Results From the Ontario Health Supplement. *JAMA*, 278:131-5.
- Marôco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais – Fundamentos Teóricos, Software e Aplicações*. Pêro Pinheiro: Reportnumber.
- McMillen, C., Zuravin, S., & Rideout, G. (1995). Perceived Benefit from Child Sexual Abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 7, 232-245
- Ornelas, J., & Maria, S. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC). *Análise Psicológica*, 3 (XXVIII): 411-436.
- Paine, M., & Hansen, D. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review* 22, 271–295

- Painter, S. L. (1986). Research on the prevalence of child sexual abuse: New directions. *Canadian Journal Behavior*, 18 (4).
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gomez-Benito, J. (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse & Neglect*, 33, 333-342.
- Pineda-Lucatero, A., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. & Vásquez, C. (2008). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: care, health and development*, 35, 2, 184–189.
- Pinto da Costa, J. (1990). *Abuso sexual em menores*. Comunicação apresentada na Reunião Científica da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Coimbra.
- Romano, E. & De Luca, R. (2001). Male Sexual Abuse: A Review of Effects, Abuse Characteristics, and Links with Later Psychological Functioning. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 55-78.
- Trickett, P., & Putman, F. (1998). Developmental Consequences of Child Sexual Abuse. Pp. 39-56 in *Violence against Children in the Family and the Community*. Edited by Penelope K. Trickett and Cynthia J. Schellenbach. Washington, DC: American Psychological Association.
- Rew, L., & Esparza, D. (1990). Barriers to disclosure among sexually abused male children: Implications for nursing practice. *Journal of Child & Adolescent Psychiatric Nursing*, 3, 120–127.
- Ruggiero, K., McLeer, S., & Dixon, J. (2000). Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 951- 964.
- Russell, D. (1984). *Sexual exploitation: Rape, child sexual abuse, sexual harassment*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Sachs-Ericsson, N., Blazer, D., Plant, E. A., & Arnow, B. (2005). Childhood sexual and physical abuse and the 1-year prevalence of medical problems in the National Comorbidity Survey. *Health Psychology*, 24, 32–40.

Saunders B., Kilpatrick D., Hanson R., Resnick H., Walker M. (1999). Prevalence, case characteristics, and long-term psychological correlates of child rape among women: a national survey. *Child Maltreatment*, 4:187–200.

Schneider, R., N. Baumrind & R. Kimerling (2007): "Exposure to Child Abuse and Risk for Mental Health Problems in Women". *Violence & Victims*, 22(5), 620-631.

Siegel, J., Sorenson, S., Golding, J., Burman, A., & Stein, J. (1987). The prevalence of childhood sexual assault: The Los Angeles epidemiologic catchment area project. *American Journal of Epidemiology*, 126, 1141-1164.

Spataro J, Mullen , PE , Burgess P, Wells, D and Moss, S. (2004). Impact of child sexual abuse on mental health: Prospective study in males and females. *British Journal of Psychiatry*, 184, 416-421.

Turton, J. (2010). Maternal Abusers: Underlying concerns for children. *Essex Human Rights Review*, 7 (1), 81-93.

Tyler, K. (2002). Social and emotional outcomes of childhood sexual abuse: A review of recent research. *Aggression and Violent Behavior*, 7(6), 567-589.

Wellman, M. (1993). Child sexual abuse and gender differences: attitudes and prevalence. *Child Abuse & Neglect*, 17, 539-547.

Wolf, V. (1998). Child Abuse. In: G. Mach & R. Barkley. *Treatment of Childhood Disorders*. pp. 545-597. New York: The Guilford Press.

Wurtele, S., & Kenny, M. (2010). Partnering with Parents to Prevent Childhood Sexual Abuse. *Child Abuse Review*, Vol. 19: 130–152.

Wurtele, S., Kast, L., & Melzer, A. (1992). Sexual abuse prevention education for young children: A comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse and Neglect*, 16, 865–876.

Wurtele, S., & Miller-Perrin, C. (1992). *Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.

## ANEXOS

**Anexo 1:** Tabela com informação relativa ao pré-teste do questionário

<b>“Considero que o questionário é...”</b>	<b>Sexo Masculino (N=5)</b>	<b>Sexo feminino (N=5)</b>	<b>Total (N=10)</b>
<b>Útil</b>	4	5	9
<b>Formulado de forma clara</b>	3	4	7
<b>Interessante</b>	5	5	10
<b>Constrangedor</b>	2	1	3
<b>Entediante</b>	0	0	0
<b>Muito longo</b>	1	0	1
<b>Muito difícil</b>	0	0	0

---

## Consentimento de participação

ID-IND |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Data / /

No âmbito do Seminário de Dissertação do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, coordenado pelo Prof. Doutor José Ornelas, gostaria de convidá-lo/a para participar no estudo A Prevalência do Abuso Sexual de Crianças em Portugal. Pode desistir de responder ao questionário a qualquer momento e caso o faça os dados que já nos tiver fornecido não serão usados nesta investigação. Todas as informações que nos prestar são confidenciais, não havendo divulgação de nomes ou dados individuais, mas apenas dados e conclusões gerais.

Se concordar em participar, agradecemos que assine este formulário de consentimento, o qual será arquivado em separado dos questionários, nos quais constará apenas um código e não o seu nome. Deverá guardar uma cópia deste documento para si.

Li a informação fornecida e aceito participar neste estudo. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura.

Assinatura do(a) participante \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) investigador(a) \_\_\_\_\_

### Anexo 3: Questionário Sociodemográfico

#### Questionário Sociodemográfico

1. Idade\_\_

2. Género (*Assinale com um X*)

F\_\_ M\_\_

3. Orientação Sexual

a) Heterossexual \_\_

b) Homossexual \_\_

c) Bissexual \_\_

4. Estado Civil (*Assinale com um X*)

a) Casado \_\_

b) União de facto \_\_

c) Divorciado \_\_

d) Separado \_\_

e) Viúvo \_\_

f) Solteiro \_\_

5. Qual a sua nacionalidade? \_\_\_\_\_

6. Qual a naturalidade? \_\_\_\_\_

7. Quais as suas habilitações académicas? \_\_\_\_\_

**Anexo 4:** Questionário de Experiências Sexuais Infantis – “*Childhood Sexual Experiences Questionnaire*”, Altman (2005).

### Questionário de Experiências Sexuais Infantis

Como é do conhecimento geral, muitas pessoas tiveram práticas sexuais abusivas enquanto crianças. Algumas destas experiências aconteceram com amigos, colegas ou com familiares.

Com o termo abuso sexual, entende-se qualquer situação que possa ter sido sentida por si como tendo um carácter abusivo, invasivo e não desejado.

Se sentir que o preenchimento deste questionário está a ser demasiado doloroso para si, pedimos-lhe que pare imediatamente e escreva “Demasiado desconfortável” na pergunta onde parou.

**Assinale com um X com que frequência as seguintes situações lhe aconteceram, antes dos 12 anos.**

	Não tenho a certeza	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
1- Convite para fazer ou falar algo de forma sexual						
2- Beijar e abraçar de uma forma sexual						
3- Alguém lhe mostrou os genitais						
4- Mostrar os seus genitais a alguém						
5- Ser apalpado por cima da roupa						
6- Apalpar alguém por cima da roupa						
7- Alguém tocar nos seus órgãos genitais						
8- Tocar nos órgãos genitais de alguém						

	Não tenho a certeza	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
9- Experienciar relação sexual simulada por cima da roupa						
10- Masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém						
11- Experienciar uma relação sexual simulada por baixo da roupa (por exemplo, sem penetração)						
12- Alguém ter contacto oral com os seus órgãos genitais						
13- Ter contacto oral com os órgãos genitais de alguém						
14- Ser penetrado com os dedos ou com um objeto						
15- Ser envolvido ou tentativa de envolve-lo em relações sexuais anais						
16- Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual						

Quem era/eram para si a(s) pessoa(s) que protagonizaram as situações acima identificadas? Assinale com um X todas as envolvidas.

Estranho \_\_\_

Pessoa conhecida, mas não amiga \_\_\_

Amigo/a \_\_\_

Sobrinho/a \_\_\_

Primo/a \_\_\_

Irmão \_\_\_

Irmã \_\_\_

Pai \_\_\_

Mãe \_\_\_

Tio \_\_\_

Tia \_\_\_

Avô \_\_\_

Avó \_\_\_

Padrasto \_\_\_

Madrasta \_\_\_

Meio-irmão \_\_\_

Meia-irmã \_\_\_

Professor/a \_\_\_

Treinador/a \_\_\_

Conselheiro/a \_\_\_

Babysitter \_\_\_

Outro \_\_\_\_\_

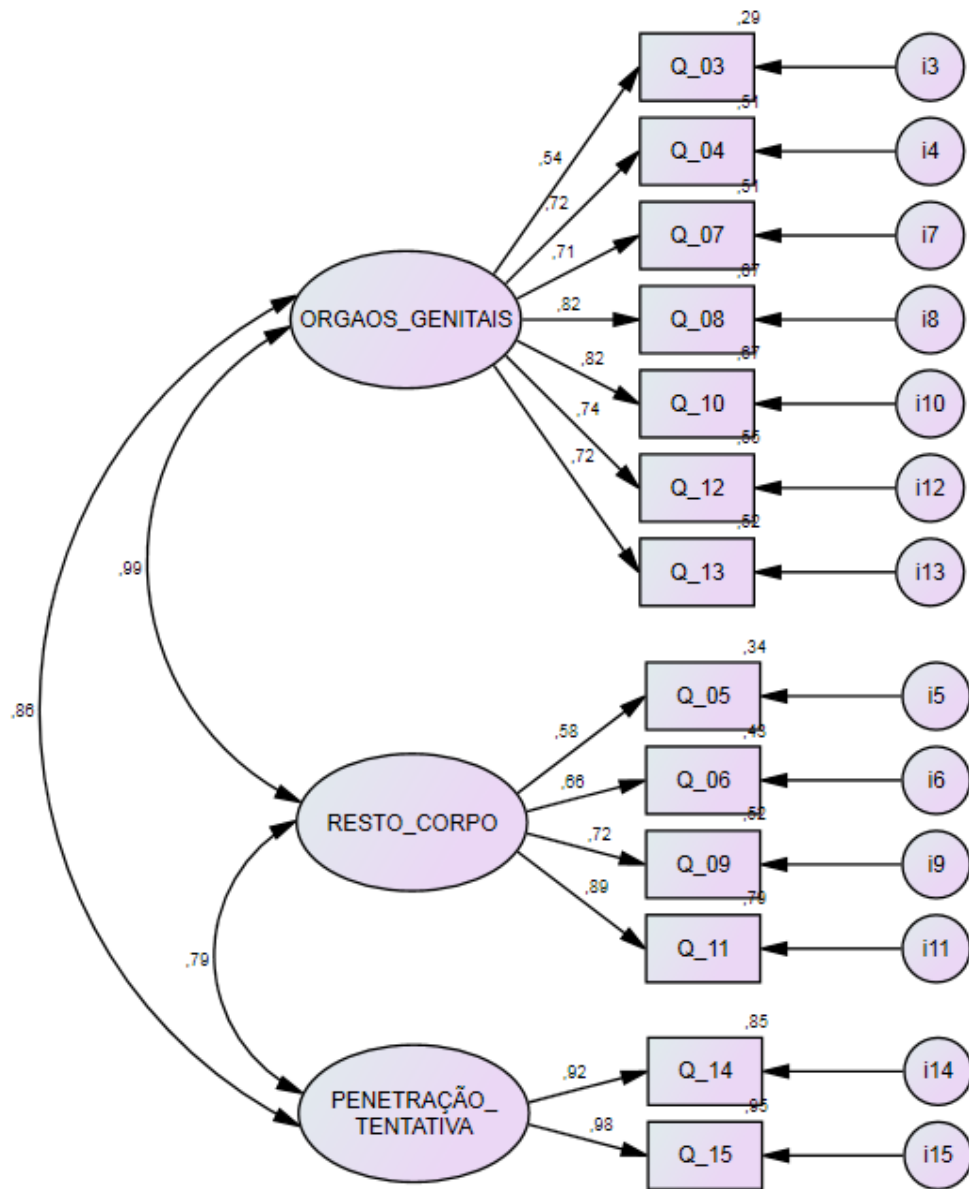
Que idade tinha no primeiro episódio? \_\_\_\_\_

**Que idade tinha quando as experiências acima pararam? \_\_\_\_\_**  
*(No caso de ainda ocorrerem no presente coloque a sua idade actual)*

**Que idade tinha/tinham a/s outra/s pessoa/s envolvida/s? \_\_\_\_\_**

***Obrigado!***

**Anexo 5:** Informação relativa ao Modelo AFC inicialmente proposto pelos autores do questionário



### Anexo 5a - $X^2/df$

#### CMIN

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	29	1054,352	62	,000	<u>17,006</u>
Saturated model	91	,000	0		
Independence model	13	2773,872	78	,000	35,562

### Anexo 5b - CFI

#### Baseline Comparisons

Model	NFI	RFI	IFI	TLI	CFI
	Delta1	rho1	Delta2	rho2	
Default model	,620	,522	,634	,537	<u>,632</u>
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000

### Anexo 5c - GFI

#### RMR, GFI

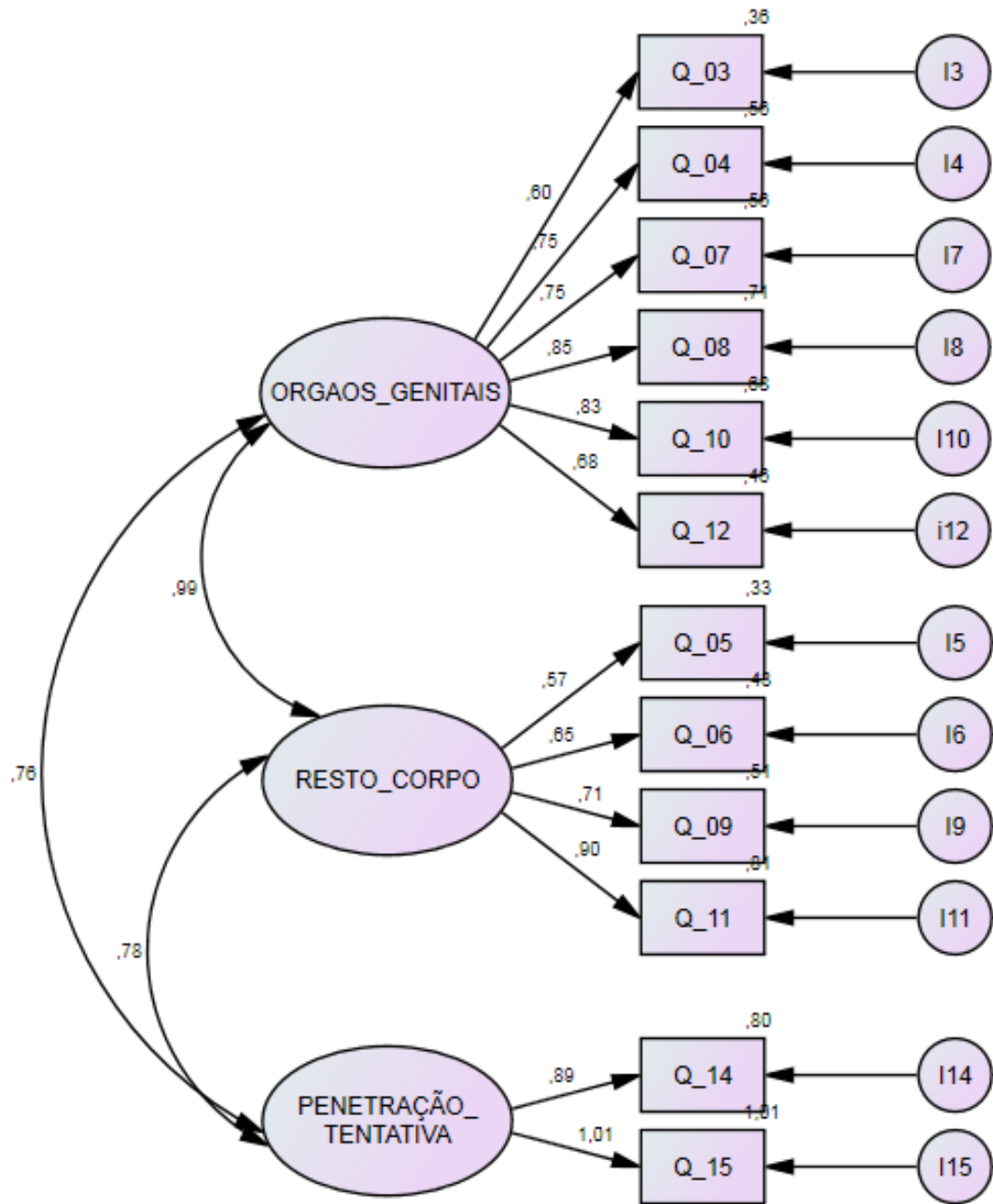
Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,027	<u>,632</u>	,460	,430
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,113	,214	,082	,183

## Anexo 5d – Índices de Modificação

### Covariances: (Group number 1 - Default model)

		M.I.	Par Change
q13 <-->	OG	17,190	-,011
q13 <-->	PT	85,196	,028
q12 <-->	PT	82,467	,022
q12 <-->	q13	12,910	,012
q8 <-->	PT	20,423	-,015
q7 <-->	PT	21,564	-,023
q7 <-->	q8	47,249	,050
q3 <-->	PT	34,563	-,042
q3 <-->	q13	20,884	-,043
q3 <-->	q12	22,332	-,035
q3 <-->	q7	20,886	,069
q3 <-->	q4	74,375	,126
q11 <-->	PT	17,562	,011
q9 <-->	q12	12,966	-,017
q6 <-->	q11	12,304	-,024
q5 <-->	PT	11,193	-,025
q5 <-->	q12	11,971	-,027
q5 <-->	q3	16,423	,092
q5 <-->	q6	38,833	,126
q15 <-->	q13	21,367	-,011
q15 <-->	q12	58,065	,015
q15 <-->	q11	32,075	,011
q14 <-->	RC	12,913	-,008
q14 <-->	q13	<u>156,818</u>	,030

**Anexo 6:** Informação relativa ao Modelo AFC intermédio modificado



## Anexo 6a - $X^2/df$

### CMIN

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	27	517,366	51	,000	<u>10,144</u>
Saturated model	78	,000	0		
Independence model	12	2120,273	66	,000	32,125

## Anexo 6b - CFI

### Baseline Comparisons

Model	NFI	RFI	IFI	TLI	CFI
	Delta1	rho1	Delta2	rho2	
Default model	,756	,684	,775	,706	<u>,773</u>
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000

## Anexo 6c - GFI

### RMR, GFI

Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,025	<u>,723</u>	,576	,473
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,118	,229	,089	,194

## Anexo 6d - Índices de Modificação

Covariances: (Group number 1 - Default model)

			M.I.	Par Change
q12 <-->	PT		<u>122,244</u>	,030
Q7 <-->	Q10		11,463	-,022
Q7 <-->	Q8		34,858	,039
Q3 <-->	PT		24,176	-,035
Q3 <-->	q12		23,670	-,038
Q3 <-->	Q7		11,178	,046
Q3 <-->	Q4		63,856	,109
Q11 <-->	PT		17,055	,010
Q9 <-->	q12		12,939	-,019
Q6 <-->	Q11		14,391	-,025
Q5 <-->	PT		15,531	-,031
Q5 <-->	q12		13,408	-,031
Q5 <-->	Q3		15,441	,086
Q5 <-->	Q6		39,821	,128
Q15 <-->	q12		64,767	,016
Q15 <-->	Q11		17,956	,008

## Anexo 7. Informação relativa ao Modelo AFC ajustado

### Anexo 7a - $\chi^2/df$

#### CMIN

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	25	198,559	41	,000	<u>4,843</u>
Saturated model	66	,000	0		
Independence model	11	1813,971	55	,000	32,981

### Anexo 7b - CFI

#### Baseline Comparisons

Model	NFI Delta1	RFI rho1	IFI Delta2	TLI rho2	CFI
Default model	,825	,766	,845	,790	<u>,843</u>
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000

### Anexo 7c - GFI

#### RMR, GFI

Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,024	<u>,795</u>	,671	,494
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,125	,244	,093	,203